



Ministério da Educação
Universidade Federal do ABC



Projeto Pedagógico do Curso:

Bacharelado em

Planejamento Territorial



SÃO BERNARDO DO CAMPO
2017

Reitor da UFABC

Prof. Dr. Klaus Capelle

Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Paula Ayako Tiba

Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Annibal Hetem Junior

Vice-Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Harki Tanaka

Coordenação do Curso de Planejamento Territorial ¹

Profa. Dra Carolina Moutinho Duque do Pinho (Coordenadora)

Profa. Dra Vanessa Lucena Empinotti (Vice Coordenadora)

Equipe de Trabalho

Profa. Dra Mariana Mencio

Profa. Dra Rosana Denaldi

Profa. Dra Sandra Irene Momm Schult

Profa. Dra Silvana Maria Zioni

Profa. Dra Carolina Moutinho Duque do Pinho

Profa. Dra Vanessa Lucena Empinott

Divisão Acadêmica do CECS

Vagner Guedes de Castro

¹ Portarias 398 e 400 de 25 de novembro de 2011.

SUMÁRIO

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	5
2 DADOS DO CURSO	5
3 ATOS LEGAIS	5
4 APRESENTAÇÃO	5
5 PERFIL DO CURSO	7
5.1. Justificativa	8
5.1.1 Globalização e Urbanização: Os Desafios para o Planejamento e Gestão dos Territórios	8
5.1.2 A Formação de Planejadores Territoriais	10
5.1.3 Padrões de Qualidade MEC/SESU e Referências ENADE.....	11
5.1.4 A Proposta Pedagógica da UFABC: Uma Oportunidade para a Implantação do Bacharelado em Planejamento Territorial	12
6 OBJETIVOS DO CURSO	14
7 REQUISITO DE ACESSO	14
7.1 Forma de Acesso ao Curso.....	14
7.2 Regime de Matrícula	15
8 PERFIL DO EGRESSO	15
9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	16
9.1 Fundamentação Legal	16
9.2 Referenciais curriculares.....	19
9.3 Regime de Ensino.....	19
9.4 Estratégias Pedagógicas	24
9.5 Apresentação Gráfica de um Perfil de Formação.....	27
10 DISCIPLINAS	30
11 AÇÕES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO	34
11.1 Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial (PEAT).....	34
11.2 Iniciação científica	34
11.3 Monitoria acadêmica.....	35
11.4 Semana de Integração Universitária (SIU).....	35
11.5 Programas de mobilidade nacional e internacional	35
11.6 Incentivo à aprendizagem de língua estrangeira	36
11.7 Programa de Assistência ao Docente	36
11.8 Programas de Apoio aos Estudantes da Graduação.....	36
11.9 Ações extensionistas	37

12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	37
13 ESTÁGIO CURRICULAR	39
14 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	41
15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	41
16 INFRAESTRUTURA	42
16.1 Os Laboratórios.....	42
16.2 A Biblioteca	43
16.3 Os Recursos Tecnológicos.....	45
17 ACESSIBILIDADE.....	45
18 DOCENTES.....	46
18.1 Núcleo Docente Estruturante.....	47
19 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	48
20. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	50
Referências.....	51

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC

CNPJ: 07.722.779/0001-06

Lei de Criação: Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, publicada no DOU em 27 de julho de 2005. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 13.110, de 25 de março de 2015, publicada no DOU em 26 de março de 2015, que institui a Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC e dá outras providências.

Dados da publicação: Diário Oficial da União nº 58, de 26 de março de 2015, Seção 1, página 2.

2 DADOS DO CURSO

Curso: Bacharelado em Planejamento Territorial

Diplomação: Bacharel em Planejamento Territorial

Carga horária total do curso: 3.060 horas

Tempo mínimo e máximo para integralização: O tempo mínimo de integralização do curso é de 4 anos, conforme definido pela Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. O tempo máximo de integralização é de 8 anos, de acordo com a Resolução ConsEPE nº 166, de 08 de outubro de 2013.

Estágio: Não obrigatório

Turno de oferta: Matutino e Noturno

Número de vagas: 76 (matutino 38 e noturno 38)

Campus de oferta: São Bernardo do Campo (SP)

3 ATOS LEGAIS

- Resolução ConsUni nº 79, de 31 outubro de 2011 - Aprova a criação do curso de formação específica Bacharelado em Planejamento Territorial.
- Resolução ConsEPE Nº 143, de 29 de novembro de 2012 - Aprova o projeto pedagógico do Bacharelado em Planejamento Territorial.
- O MEC (Ministério da Educação) até o presente momento não estabeleceu padrões de qualidade ou referências específicas para cursos em nível da graduação em Planejamento Territorial.

4 APRESENTAÇÃO

No ano de 2004 o Ministério da Educação encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3962/2004 que previa a criação da Universidade Federal do ABC—UFABC. Essa Lei foi sancionada pelo Presidente da República e publicada no Diário Oficial da União de 27

de julho de 2005 com o nº 11.145, datada de 26 de julho de 2005. Foi alterada pela Lei nº 13.110 de 25 de março de 2015, publicada no DOU em 26 de março de 2015.

Seu projeto de criação ressalta a importância de uma formação integral, que inclui a visão histórica da nossa civilização e privilegia a capacidade de inserção social no sentido amplo. Leva em conta o dinamismo da ciência propondo uma matriz interdisciplinar para formar os novos profissionais com um conhecimento mais abrangente e capaz de trafegar com desenvoltura pelas várias áreas do conhecimento científico e tecnológico.

Durante os últimos vinte anos em que muitos processos e eventos políticos, sociais, econômicos e culturais marcaram a história da educação no Brasil, a comunidade da região do ABC, amplamente representada por seus vários segmentos, esteve atuante na luta pela criação de uma Universidade pública e gratuita nesta região e a UFABC é o projeto concretizado após todo esse esforço.

No contexto da macropolítica educacional, a região do ABC apresenta grande demanda por ensino superior público e gratuito. A demanda potencial para suprir o atendimento do crescimento da população de jovens já é crítica considerando que a região possui mais de 2,5 milhões de habitantes e uma oferta de vagas insuficiente nas instituições de Ensino Superior sendo a grande maioria privada.

Um pequeno percentual das instituições de Ensino Superior da região do ABC desenvolve atividades de pesquisa, a maioria dedica-se apenas ao ensino. A UFABC visa, precisamente, preencher essa lacuna de oferta de educação superior pública e pesquisa científica na região. Da mesma forma, a extensão tem um papel de destaque na inserção regional da UFABC, por meio de ações que disseminam o conhecimento e a competência social, tecnológica e cultural na comunidade.

A UFABC é uma Universidade multicampi, prevendo-se que suas atividades se distribuam em pelo menos 3 campi. Atualmente está em funcionamento o câmpus Santo André e de São Bernardo do Campo.

A UFABC tem por objetivos:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para atingir esses objetivos, a atuação acadêmica da UFABC se dá nas áreas de cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, visando à formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos solicitados pelo progresso da sociedade brasileira, bem como na promoção e estímulo à pesquisa científica, tecnológica e a produção de pensamento original no campo da ciência e da tecnologia.

Ainda, um importante diferencial da UFABC, que evidencia a preocupação da Universidade com a qualidade, é o seu quadro docente composto exclusivamente por doutores, contratados em Regime de Dedicção Exclusiva.

5 PERFIL DO CURSO

O curso de Bacharelado em Planejamento Territorial da UFABC está organizado a partir de uma abordagem interdisciplinar, a qual permite uma formação que transita por assuntos pertinentes ao desenvolvimento social, econômico e institucional, fundamentais para a compreensão crítica das relações socioespaciais e das questões de planejamento e gestão territorial. Ou seja, formação necessária para capacitar o aluno a atuar no enfrentamento das complexas questões do planejamento e gestão territorial emergentes, que caracterizam o atual contexto de desenvolvimento e urbanização. Nesse sentido, o BPT se apoia em três planos de conhecimento, compreensão e habilidades: o das dinâmicas territoriais brasileiras, como o principal âmbito de atuação; o das redes técnicas, seus territórios e processos de organização; e o das diferentes escalas espaciais onde se dão as práticas do planejamento e gestão.

O BPT guarda afinidades e articulações com algumas formações e bacharelados da UFABC, tais como Políticas Públicas, Ciências Econômicas, Engenharia Ambiental e Urbana, Engenharia de Gestão e Relações Internacionais, cujos conteúdos compõem elementos essenciais para a reflexão sobre os processos de produção social do espaço, bem como as bases técnicas e científicas do planejamento territorial. No entanto, por reconhecer essas afinidades, o curso visa também uma formação orientada para as experiências e práticas do planejamento, as quais exigem do profissional diversas habilidades para a sua atuação, como a mediação de conflitos e visão estratégica, ou seja, capacidade de gestão, comunicação e avaliação.

O desenvolvimento de habilidades multifuncionais, cultura abrangente, conhecimentos ampliados e criatividade, dão condições ao aluno para obter uma formação acadêmica que o capacita para atuar com planejamento e gestão territorial. O setor empresarial, as organizações governamentais e não governamentais, os movimentos sindicais, sociais e culturais, constituem áreas de trabalho do profissional com formação em Planejamento Territorial, além das possibilidades de acesso ao serviço público brasileiro, municipal, estadual ou federal.

Assim, após a conclusão no BC&H, o aluno poderá optar pela continuidade de formação em graduação no BPT. Aliado ao conhecimento de teorias e metodologias de planejamento, ordenação e gestão do território, o curso busca traçar percursos de formação inter-relacionadas e abrangentes, de modo a desenvolver tanto as habilidades necessárias para tratar de aspectos político-institucionais de intervenções espaciais, quanto à capacitação para as práticas prospectivas de desenvolvimento territorial.

5.1. Justificativa

A implantação na UFABC da formação de graduação em Planejamento Territorial, ainda inédita no Brasil, justifica-se por diversos aspectos que orientaram e fundamentaram a consolidação do PPC. Os aspectos relacionados para justificar o projeto compreendem: (i) a condição atual mundial e brasileira de grandes transformações territoriais oriundas da urbanização e globalização; (ii) o déficit na formação de nível superior no Brasil na área de planejamento urbano e regional voltados tanto para a área pública, mercado e organizações; (iii) as regulamentações profissionais relacionadas à área de planejamento e gestão dos territórios; (iv) o papel e o potencial da UFABC para pôr em prática inovações institucionais no campo do ensino superior brasileiro. Esses aspectos são descritos nos tópicos a seguir.

A criação de um Bacharelado em Planejamento Territorial está também alinhada com a tendência internacional de inovar na formação de profissionais responsáveis pelo planejamento das áreas rurais, das cidades e das (macro, meso e micro) regiões. As universidades internacionais de ponta têm procurado ampliar as habilidades e competências destes profissionais, tradicionalmente enraizadas no campo da engenharia, da arquitetura e da geografia, com áreas de conhecimento como a economia, as ciências ambientais, as ciências sociais e humanas e a ciência política. Esta formação prepara o profissional para uma aprendizagem contínua ao deparar-se com as rápidas transformações socioeconômicas, demográficas, ambientais e tecnológicas que moldam os territórios no século XXI².

5.1.1 Globalização e Urbanização: Os Desafios para o Planejamento e Gestão dos Territórios

Os processos socioeconômicos oriundos da globalização definiram novas formas de articulação entre cidades, regiões e nações, reconfigurando os territórios na rede global. O aumento da mobilidade de pessoas, de informações, de mercadorias e de capitais, característicos dessa nova fase de desenvolvimento capitalista, modificou a base econômica de cidades, regiões e países. A maior mobilidade do capital e das empresas leva

² Uma ilustração da referida tendência internacional é a criação do chamado *Indian Institute for Human Settlements* - IIHS, a primeira universidade indiana voltada para a formação de quadros profissionais atuando na gestão e planejamento das áreas rurais, urbanas e regionais desse país (a partir da criação do chamado *Bachelor of Urban Practice*). Além do próprio governo Indiano, a iniciativa pioneira ainda conta com apoio da Fundação Rockefeller, do MIT (EUA), da *University College London* (DPU - *Development Planning Unit*) e da própria UFABC. Em uma reunião ocorrida em junho de 2011 em Brasília, entre a presidência da CAPES, a diretoria do CNPq, o Ministério das Cidades, a UFRJ (único programa conceito 6 na área de planejamento urbano e demografia), a UFABC e o IIHS, confirmou-se o interesse brasileiro e indiano em trocar experiências em torno da criação dos bacharelados interdisciplinares em planejamento territorial.

a uma competição explícita entre os lugares, em diversas escalas, que são vistos agora também com a função estratégica de propiciar um bom ambiente para fazer negócios, explorar e criar novas possibilidades de desenvolvimento.

As mudanças oriundas da globalização repercutiram também nas formas de organização do espaço, tanto urbano como rural, assim como nas cidades entre si, sejam as localizadas em aglomerações metropolitanas ou não. A organização dos espaços tende para configurações cada vez mais expandidas, ou até mesmo difusas, em redes urbanas e produtivas. O crescimento espacial das metrópoles, por exemplo, já não se realiza apenas por dilatação concêntrica, mas também pela integração de áreas cada vez mais afastadas, formadas por cidades periféricas, aglomerados destinados à habitação, ao emprego ou à produção de mercadorias. Essa condição aumenta a descontinuidade espacial e dificulta a definição clara entre as fronteiras do que é urbano ou rural.

O planejamento territorial é visto para além do ordenamento e controle do crescimento de cidades, e sim como fundamental da política de desenvolvimento, tanto do ponto de vista do estado, como do mercado e das organizações. Dentre outras questões, para o estado é fundamental a articulação e integração de políticas e recortes de regulação setoriais e de infraestrutura, assim como uma visão estratégica de desenvolvimento equilibrado entre regiões, com base em investimentos. Para o mercado, o posicionamento na rede produtiva e a logística da produção, circulação e comercialização de mercadorias incidem nas condições de competitividade. Para as organizações e instituições, na sua área de atuação, representação e regulação, implica em processos de negociação e governança.

O alcance do nível de desenvolvimento territorial pretendido dependerá da capacidade de instituições, organizações, empresas e do estado em gerir recursos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos, da adoção de novas formas de articulação entre atores públicos e privados, e de novas formas de governo e gestão. Dependerá também da adoção de políticas de cooperação e de novos arranjos institucionais para a gestão do território, nas suas diversas escalas.

A esse conjunto de desafios, somam-se as condições históricas da urbanização do país, que culminam em uma agenda complexa em torno do tema do planejamento territorial. Essa condição requer uma abordagem interdisciplinar que reconheça tanto o papel da história e da geografia na formação específica do espaço brasileiro, como as múltiplas imbricações, frequentemente contraditórias, entre economia, política, meio ambiente, direito, sociologia, urbanismo e engenharia. No entanto, muitos municípios e organizações, especialmente os de médio e pequeno porte, não contam com profissionais capacitados para compreender a complexidade desses problemas e de atuarem na busca de suas soluções. Assim, o BPT justifica-se pela necessidade de formar profissionais capazes de dialogar com as demandas da sociedade que surgem nas escalas local, regional, nacional e internacional.

A formação no BPT busca sanar o descompasso entre a carência na formação de graduação com foco no planejamento e na gestão dos territórios, e os desafios no país associados à questão. Para tanto, dará ênfase para o estudo de temáticas consideradas estratégicas para o desenvolvimento socioespacial sustentável do Brasil, como, por exemplo, a urbanização e integração de assentamentos precários, o planejamento e gestão de áreas rurais e regiões interioranas, a gestão de áreas metropolitanas e a formulação e implementação de

estratégias em territórios marcados por conflitos entre as agendas ambiental e urbana, social e econômica.

5.1.2 A Formação de Planejadores Territoriais

A partir de um contexto de crescente urbanização e globalização, em que as condições econômicas, sociais e ecológicas tornam-se interdependentes, é evidente a presença de planejadores em diversas esferas de atuação. Essa necessidade está representada pela coordenação de ações obtida a partir de uma abordagem mais integrada e de uma estratégia que reconheça as inter-relações e seus efeitos numa perspectiva de longo prazo (AESOP, 2010).

Outra razão para o aumento do interesse no planejamento reside na necessária mediação e regulação das ações sobre o território. As últimas décadas mostraram que o mercado muitas vezes não pode oferecer soluções eficazes para as diferentes necessidades de infraestrutura e outros serviços comuns. As deficiências do mercado também se refletem nas demandas para o planejamento, que visa estabelecer um quadro mais estável para a tomada de decisão relativa ao desenvolvimento local, urbano, rural e regional (AESOP, 2010).

Em alguns países, essa resposta tem sido dada pela oferta de cursos nas áreas de planejamento em nível de graduação, mestrado e doutorado. Na Europa, por meio do Tratado de Bolonha, adotou-se a formação em ciclos de bacharelado e pós-graduação de 3, 4 e 5 anos. A *Association of European Schools of Planning* – AESOP³ tem acompanhado essa evolução, e em 2010 publicou um relatório que avalia a trajetória dos cursos relacionados com a área de planejamento urbano e regional. Segundo o estudo, a aceitação na Europa das mudanças de ciclos (Bolonha) e da separação do planejamento de outras formações tradicionais, tem encorajado as universidades e instituições nacionais a se adequarem a essas tendências (GEPPERT & COTTELA, 2010). O sistema de credenciamento e reconhecimento da formação em nível de graduação em *planning* está condicionado aos Estados Membros da União Europeia – UE.

Nos EUA e Canadá existem ofertas de cursos relacionados com *urban, regional, environmental planning*. Nos EUA existe uma organização de credenciamento das escolas em nível de graduação e pós, denominada *Planning Accreditation Board*⁴. Em diversos países tais como Austrália, Índia, México, África do Sul entre outros, existem cursos de graduação com essas características.

No Brasil não existem cursos de graduação com foco no planejamento e gestão dos territórios, estando essa formação e habilitação profissional abordada em diferentes cursos, tais como: arquitetura e urbanismo, geografia, engenharias, economia, administração, sociologia e políticas públicas.

Essa demanda por formação profissional na área, no entanto, é suprida em grande parte pelos inúmeros cursos de pós-graduação existentes no país⁵ e que se consolidaram, ao

³<http://www.aesop-planning.com/>

⁴<http://www.planningaccreditationboard.org/>

⁵Atualmente, existem no Brasil 30 cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e/ou doutorado, reconhecidos pela CAPES na Área de Planejamento Urbano e Regional, sendo 7

longo das últimas décadas, buscando complementar a formação dos profissionais que se formam nos cursos tradicionais oferecidos pelas universidades brasileiras.

Se a existência do grande número desses cursos mostra, por um lado, uma forte demanda na área, por outro, implica no fato de que, por serem de pós-graduação, impõem a esses profissionais um longo período de formação, visto que os mesmos têm que cursar uma graduação para depois, numa pós-graduação, adquirirem, de fato, a formação necessária e pretendida. Essa condição define a formação do planejador em cerca de 7 anos, gerando assim uma carência de profissionais de formação básica para atuarem na área.

5.1.3 Padrões de Qualidade MEC/SESU e Referências ENADE

O MEC - Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Superior (SESu), responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior, até a presente data, não estabeleceu padrões de qualidade ou referências específicas para cursos em nível de graduação em Planejamento Territorial, entretanto o BPT já consta do seu Cadastro de Instituições e Cursos da Educação Superior.

Apesar de não existir outro curso semelhante ao Bacharelado em Planejamento Territorial, com a natureza específica multidisciplinar que abrange várias áreas do conhecimento, tais como noções de direito, geografia, geologia, sociologia e planejamento urbano e rural, o projeto pedagógico do curso contém temáticas associadas ao projeto pedagógico de cursos já existentes, que envolvem formações tradicionais, tais como Arquitetura, Urbanismo, Geografia, Engenharia e Economia.

Neste sentido, vale ressaltar que a interface entre os projetos pedagógicos gera igualmente aproximações entre as atuações profissionais dos egressos do planejamento territorial e dos cursos de formação específica, regulamentada por meio de várias leis que disciplinam através dos Conselhos o exercício das profissões de arquiteto e urbanista (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), engenheiro, geógrafo e agrônomo (Conselho Federal de Engenharia) e economia (Conselho Federal de Economia). De outro lado, ressaltamos a existência de alguns cursos que apresentam semelhanças em relação ao Bacharelado em Planejamento Territorial, sobretudo, na abordagem multidisciplinar⁶.

mestrados profissionalizantes. Esses cursos possuem com uma diversidade de nomes, áreas de concentração e com foco em diversos temas relacionados à: desenvolvimento, planejamento territorial (urbano, regional, rural e ambiental), agronegócio e gestão urbana. A eles somam-se inúmeros cursos de especialização.

⁶ Destacamos a criação em 2009 do programa de graduação em gestão pública para o desenvolvimento econômico e social, pertencente ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de um curso de graduação que articula várias unidades do CCJE: Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), Faculdade Nacional de Direito, Instituto de Economia, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI). Da mesma forma, identificamos recentemente, por meio de uma reunião conjunta entre os coordenadores dos cursos, a existência de outros três cursos de graduação semelhantes ao planejamento territorial: Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade de Integração Latino Americana (UNILA) e Curso de Urbanismo da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

De outro lado, ressaltamos a existência de alguns cursos que apresentam semelhanças em relação ao Bacharelado em Planejamento Territorial, sobretudo, na abordagem multidisciplinar. Neste sentido, destacamos a criação em 2009⁷ do programa de graduação em gestão pública para o desenvolvimento econômico e social, pertencente ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de um curso de graduação que articula várias unidades do CCJE: Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), Faculdade Nacional de Direito, Instituto de Economia, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI).

Da mesma forma, identificamos recentemente, por meio de uma reunião conjunta entre os coordenadores dos cursos⁸, a existência de outros três cursos de graduação semelhantes ao planejamento territorial: Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)⁹; Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade de Integração Latino Americana (UNILA)¹⁰ e Curso de Urbanismo da Universidade Estadual da Bahia (UNEB)¹¹.

5.1.4 A Proposta Pedagógica da UFABC: Uma Oportunidade para a Implantação do Bacharelado em Planejamento Territorial

O curso de BPT coaduna com a proposta da UFABC de oferecer cursos, especialmente de graduação, consonantes com as necessidades da sociedade e do mercado de trabalho na contemporaneidade. Isso tem implicado, muitas vezes, em ultrapassar os limites dos cursos de graduação oferecidos por outras universidades que reproduzem o mesmo

⁷<http://www.ccje.ufrj.br/gpdes/apresentacao/home.html>

⁸No dia 16 de junho de 2015 o Núcleo Docente Estruturante do Bacharelado em Planejamento Territorial organizou uma reunião com a participação de outras Universidades Públicas que atuam na coordenação de cursos semelhantes ao Bacharelado em Planejamento Territorial. O propósito do encontro foi promover uma reflexão conjunta entre os cursos para identificar pontos comuns entre os projetos pedagógicos, estratégias adotadas na promoção de ações para viabilização de atuação profissional dos egressos do curso e o desenvolvimento de ações acadêmicas para a criação do campo de estudo denominado “Desenvolvimento e Planejamento Territorial”. A criação deste campo de estudo, em última análise, tem o objetivo de viabilizar a pesquisa e levantamento de outros cursos que apresentem projetos pedagógicos semelhantes ao Bacharelado em Planejamento Territorial.

A reunião contou com a participação dos coordenadores dos cursos das seguintes Universidades: Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade de Integração Latino Americana (UNILA) e Vice-Coordenador do Curso de Urbanismo da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

⁹Portaria Nº 665 de 12 de março de 2015. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/academico/graduacao/cursos/ics-cursos/bacharelado-em-planejamento-de-desenvolvimento-regional>.

¹⁰Ano de criação: 2011. <https://curso.de.desenvolvimento.rural.e.seguranca.alimentar.da.unila.br/>

¹¹ Ano de criação: 1996. <http://www.uneb.br/cursos-presenciais/>

formato, cujos perfis foram forjados junto com a formação das primeiras universidades do país.

O BPT, ao mesmo tempo em que cria novas possibilidades de aperfeiçoamento do BC&H, se beneficia da formação de base adquirida pelo aluno e contribui para o fortalecimento do projeto pedagógico da UFABC. O BPT propõe a formação interdisciplinar e permite articular diversas áreas de conhecimento, tanto das ciências sociais, sociais aplicadas e humanas (economia, administração, demografia, planejamento urbano e regional, ciência política, sociologia, geografia e história), quanto das ciências exatas e naturais (estatística, cartografia, geoprocessamento e ecologia).

O apoio ao Projeto Pedagógico da UFABC é expresso também pela organização curricular do curso, que estabelece uma redução na carga horária em disciplinas obrigatórias, abrindo espaço para as disciplinas livres e de opção limitada. Dessa forma, garante uma maior liberdade para os alunos montarem sua formação curricular. São valorizadas também uma série de recursos pedagógicos que estimulam a curiosidade e a iniciativa intelectual dos alunos, por meio de atividades extracurriculares (seminários, excursões, atividade de extensão, etc.) e desenvolvimento de projetos dirigidos (oficinas temáticas propostas na matriz curricular).

Um dos fatores que favorece e viabilizou a criação do curso de BPT na UFABC é o quadro de professores da instituição egressos de programas de pós-graduação do país e do exterior, com tradição no debate sobre a gestão e o planejamento do território. Alguns dos quais, inclusive, com experiência profissional técnica ou mesmo em direção de organizações e instituições nessa área. Essas experiências estão postas a serviço da produção de conhecimentos e da formação de novas gerações de profissionais nesta área. Aliado a esse fator, grande parte dos professores está associada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, que iniciou as atividades em 2011 com conceito inicial 4 da CAPES, o que demonstra a qualificação acadêmica do corpo docente.

O BPT apresenta forte vínculo com a temática local e regional do planejamento e gestão do território, uma vez que vários de seus professores acumulam experiência concreta em prefeituras, órgãos públicos e organizações não governamentais da região, ampliando a escala e a qualidade de projetos de ensino, pesquisa e extensão elaborados em conjunto entre a Universidade e os atores sociais da região do ABC Paulista. Vale ressaltar que a existência do curso abre um diálogo efetivo com as demandas complexas que se originam na escala regional e local. Pode dialogar ainda com programas de ensino, pesquisa e extensão de interesse comum da Região do ABC, qualificando a UFABC como agente estratégico na reflexão sobre os problemas socioespaciais, em suas múltiplas escalas e dimensões (econômicas, ambientais, tecnológicas etc.).

Essa forte inserção local, no entanto, não será um elemento de restrição da atuação dos alunos egressos do curso, já que muitos professores que integram o quadro da UFABC são oriundos de outras regiões brasileiras, o que contribui para a ampliação desse quadro de referência, o debate e a reflexão sobre os problemas vividos em diversas partes do país. Muitos professores têm contribuído com programas internacionais de pesquisa e com processos de formulação ou avaliação de políticas públicas de planejamento e gestão do território em âmbito nacional.

Dessa maneira, o BPT tem um grande potencial de se constituir num referencial nacional e, assim sendo, abrir caminho para o surgimento e o incremento de cursos semelhantes no país.

6 OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Bacharelado em Planejamento Territorial da UFABC visa à formação em nível de graduação de profissionais capazes para atuarem em análises, prospectivas, proposições e gerenciamento de ações com repercussão nos territórios em diferentes escalas, níveis e dimensões. Objetiva-se assim, contribuir para uma melhor condução de processos e ações de caráter territorial considerando a intensificação da urbanização e da globalização e a complexidade no enfrentamento dos desafios sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Como objetivos específicos da formação de graduação em BPT têm-se:

- Compreensão dos processos sócio-econômicos, ecológicos, culturais e políticos que estão presentes na estruturação e na dinâmica dos territórios.
- Domínio analítico e propositivo de diferentes recortes territoriais, oriundos de organização político-administrativa, de regulação, de aspectos físico-naturais, de logística e aqueles oriundos de intervenções específicas, como de projetos, de instituições, de políticas setoriais ou de organização de grupos e de comunidades.
- Capacidade de articular conhecimento para a análise, prospectiva, intervenção e gerenciamento em diferentes escalas, níveis e dimensões (local, urbana, municipal, estadual, regional, nacional e macro e mesoregional).
- Capacidade de articular e integrar conteúdo e ferramental oriundo de áreas como: as ciências sociais, humanas e sociais aplicadas – economia, administração, planejamento urbano e regional, ciência política, demografia, economia, sociologia, antropologia, geografia e história; e as ciências exatas e naturais - estatística, computação, cartografia, geoprocessamento e ecologia.
- Capacidade para atuar em diferentes modalidades de planejamento tais como o estratégico, participativo, situacional, entre outros, e em processos de negociação e governança, envolvendo atores, instituições e normas.
- Capacidade para atuar em equipes multidisciplinares e em problemas caracterizados por complexidade, com senso de liderança, cooperação e autonomia.

7 REQUISITO DE ACESSO

7.1 Forma de Acesso ao Curso

O processo seletivo para acesso aos cursos de graduação da UFABC é anual, e inicialmente dar-se-á pelo Sistema de Seleção Unificado (SISU), do MEC. As vagas oferecidas serão preenchidas baseadas no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), direcionadas a um dos dois bacharelados interdisciplinares existentes, o Bacharelado em Ciência e Tecnologia ou o Bacharelado em Ciências e Humanidades. O curso de ingresso correspondente ao Bacharelado de Planejamento Territorial é o Bacharelado de Ciências e

Humanidades. O ingresso nos cursos de formação específica se dá por seleção interna, segundo a Resolução ConsEPE nº 31, de 01 de julho de 2009.

O Processo de Admissão por Transferência pode ser facultativa ou obrigatória. A transferência facultativa destina-se a estudantes oriundos de outras Instituições de Ensino Superior (IES), nacionais ou estrangeiras (art. 49 da Lei nº 9.394, de 1996 e Resolução ConsEPE nº 174 de 24 de abril de 2014) e seus critérios bem como número de vagas são publicados em edital próprio. A transferência obrigatória pode ser requerida por alunos regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES) congêneres, quando se tratar de servidor público federal civil ou militar estudante, ou seu dependente estudante em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o município sede do câmpus da UFABC ou para localidade próxima (Lei 8112 de 1990 – artigo 99, Lei 9394 de 1996 – artigo 49, regulamentada pela Lei 9536 de 1997, e pela Resolução ConsEPE nº 10, de 15 de abril de 2008). É importante destacar que a transferência se dará para o BC&H, para então concluir a graduação no BPT. Há também a possibilidade de transferência interna facultativa entre os Bacharelados Interdisciplinares (BI) oferecidos pela UFABC, para preenchimento de vagas remanescentes, conforme Resolução ConsEPE nº 207, de 25 de fevereiro de 2016.

7.2 Regime de Matrícula

A cada quadrimestre estarão disponíveis na página da Graduação as orientações para a realização da matrícula. Os ingressantes terão sua primeira matrícula em disciplinas efetuadas automaticamente. A partir do segundo período letivo, os alunos deverão optar pelas disciplinas que desejam cursar, realizando as matrículas nos períodos previstos no calendário acadêmico. O aluno é responsável pela prévia verificação da oferta de disciplinas e das respectivas informações publicadas no site da UFABC.

8 PERFIL DO EGRESSO

O Bacharel em Planejamento Territorial, formado na UFABC destaca-se por sua orientação interdisciplinar, seu caráter crítico-propositivo e sua capacidade de trilhar os caminhos que levam ao conhecimento, capacitando-o para sucessivos ciclos de aprendizagem e reaprendizagem que ocorrerão durante toda sua vida profissional e, dessa forma, contribuir para a resolução dos problemas relativos à organização e gestão do território, nas suas diversas escalas.

A partir de uma visão integrada, deverá desenvolver capacidade de compreensão crítica sobre dinâmicas em curso, com o reconhecimento e análise de dinâmicas demográficas, socioambientais e econômicas que incidem na produção, transformação e regulação do território e com o domínio de instrumentais voltados à intervenção na realidade em estudo.

Dessa forma, o profissional estará apto a gerir propostas e desenvolver ações de planejamento e gestão voltadas para o cumprimento de objetivos que levem em conta os impactos, os aspectos de governança, os atores, os obstáculos, os impedimentos e os potenciais dos processos e dinâmicas em curso sobre o território. Assim sendo, com sua capacidade de diagnosticar e prognosticar, será capaz de problematizar, analisar e teorizar

sobre as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais das relações sociedade e território e de intervir na realidade das cidades e regiões.

Com um domínio das questões fundamentais relativas ao planejamento territorial e dos processos formais e informais existentes no território nacional, deverá estar capacitado para: articular conhecimentos com o fim de conceber, elaborar, implementar, gerir, monitorar e avaliar políticas, planos, programas e projetos referentes ao planejamento territorial; realizar análises, diagnósticos, avaliações técnicas e elaborar planos territoriais.

Com espírito crítico, reflexivo, situacional, proativo, o profissional graduado nesse curso estará capacitado para atuar em agências reguladoras, empresas de serviços e consultoria de diferentes escalas, tanto do setor público – ministérios, autarquias, agências reguladoras –, quanto privado, em organizações não governamentais, agências bilaterais e multilaterais de cooperação que tenham como tarefa o planejamento, a gestão e a governança do território, levando em conta os diferentes aspectos econômicos, políticos ou sociais. Sua formação permite que atue também em ambientes corporativos, estando particularmente treinado para o exercício do trabalho em equipes e em redes.

O profissional formado estará capacitado para atuar em processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas referentes ao território, em áreas variadas e em distintos contextos políticos, econômicos e sociais, por meio de mecanismos inovadores e que visem à produção dos melhores resultados em termos sociais. Em uma formação interdisciplinar, esse profissional irá desenvolver sua compreensão da importância do contexto econômico, político e social na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas.

Dentre as habilidades e competências do Bacharel em Planejamento Territorial estão: desenvolver competências pessoais como liderança, autodesenvolvimento e trabalho em equipe; entender e utilizar as novas tecnologias emergentes; aplicar técnicas de gerenciamento de processos dentro de ambientes complexos; promover a difusão do conhecimento científico e tecnológico. Para tal, estará respaldado por sua formação interdisciplinar e de sólida formação científico-tecnológica, que desenvolverá qualidades humanísticas, democráticas, participativas, propositivas, consonantes com o Projeto Pedagógico da UFABC.

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1 Fundamentação Legal

A matriz curricular do Curso de Bacharelado em Planejamento Territorial da UFABC foi construída tendo como base as seguintes diretrizes legais:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares. 2011.

Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/bacharelados-interdisciplinares_referenciais-orientadores-novembro_2010-brasilia.pdf. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm . Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/port40.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.622. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042-006/2005/Decreto/D5622compilado.htm. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&Itemid=30192. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação superior. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 266, de 5 jul. 2011. Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares das Universidades Federais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16418&Itemid=866. Acesso em: 18 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 003, de 10 mar. 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Projeto Pedagógico. Santo André, 2006. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/institucional/projetopedagogico.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Plano de Desenvolvimento Institucional. Santo André, 2013-2022. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7880&Itemid=3. Acesso em: 17 ago. 2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Ciências e Humanidades. São Bernardo do Campo, 2015. Disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/doc/ppc_bch_2015.pdf. Acesso em: 17 ago. 2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Ato Decisório n°. 56, de 16 de fevereiro de 2012. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6149&Itemid=8. Acesso em: 17 ago. 2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Manual do Aluno. Santo André, 2015. Disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/doc/manual_aluno_2015.pdf. Acesso em: 17 ago. 2016.

9.2 Referenciais curriculares

Considerando que não existe uma normatização específica (diretrizes e regulamentação) para a formação do Bacharel em Planejamento Territorial, optou-se por fazer uma avaliação das diretrizes e currículos existentes em cursos existentes em especial no caso da UE. Os documentos elaborados pela AESOPⁱ indicam as capacidades e conhecimentos a serem desenvolvidos ao longo dos cursos, cujos formatos possuem variações de 3, 4 e 5 anos de duração no nível de graduação e em pós-graduação.

GEPPERT, A & VERHAGE, R. (2008). *Planning Education N°1, March 2008: Towards a European recognition for the Planning profession*. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CDEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.aesop-planning.eu%2Fdownloads%2FPlanningEducation%2Fen_GB%2Fplanning-education-n1-towards-a-european-recognition-for-the-planning-profession&ei=y1x7T_nkHZHAgQfPILCZAw&usq=AFOjCNFEyd93Wgh7gU08I9NCuI9kjSFYIQ&sig2=nc3a5Bb6pjtMKN8fYpYY0w. Acesso em: 17 ago. 2016.

GEPPERT, A. & COTTELA, G. (2010). *Planning Education N°2, July 2010: Quality Issues in a changing European Higher Education Area*. Reims: Alliance; AESOP, 2010. http://www.aesop-planning.eu/uploads/news/planning_education_2.pdf. Acesso em: 17 ago. 2016

Foi ainda considerada a Tabela de Áreas de Conhecimento da Capes, que inclui na Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas a área de Planejamento Urbano e Regional composta por 20 subáreas.

CAPES. (2012) *Tabela de Áreas de Conhecimento*. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>. Acesso em: 17 ago. 2016

9.3 Regime de Ensino

A proposta a seguir está estruturada com formação de graduação em 4 anos tendo como pressuposto a inserção de conteúdos obrigatórios, a partir da matriz do BC&H, e a

inclusão, sempre que possível, de disciplinas existentes, compartilhando conteúdos principalmente com os cursos de Políticas Públicas, Ciências Econômicas e Engenharia Ambiental Urbana.

A estrutura curricular está organizada em eixos para a constituição da matriz do BPT, a saber:

- **Leituras das dinâmicas territoriais (*Reflexão crítica-propositiva*)**

Objetivos: Habilitar para a compreensão de processos territoriais com base na contribuição disciplinar da sociologia, economia, ecologia, urbanismo, geografia entre outras. O eixo está dividido em disciplinas de fundamentação e dinâmicas territoriais.

Neste eixo está concentrada a maior parte das disciplinas obrigatórias, incluindo grande parte das disciplinas do BC&H.

- **Instrumentos e bases complementares**

Objetivos: Abordar áreas setoriais e de conhecimento específico (ex: métodos de planejamento) – e de fundamentos técnicos e metodológicos para a prática em planejamento territorial. O eixo está dividido em métodos e técnicas e políticas setoriais.

Nesse eixo estão concentradas as disciplinas de opção limitada, compartilhadas com os cursos de Políticas Públicas e Ciências Econômicas, entre outros.

- **Integração e síntese**

Objetivo: Desenvolver método/abordagem/prática a partir das disciplinas de fundamentação e instrumentais sobre temáticas e recortes específicos voltados para o planejamento territorial. O eixo está dividido em teorias e práticas do planejamento.

Nesse eixo estão concentradas as disciplinas obrigatórias com carga horária prática como as disciplinas no formato de oficinas, que irão estruturar a organização de disciplinas obrigatórias conforme as modalidades de: planejamento regional, rural e áreas periurbanas e interioranas, urbano e metropolitano.

O Quadro 1, a seguir, apresenta a estrutura curricular proposta organizada nos três eixos temáticos e de formação.

Quadro 1: Distribuição das disciplinas obrigatórias do BPT e disciplinas obrigatórias do BC&H, relacionadas ao curso, por eixos temáticos e de formação.

Leituras das dinâmicas territoriais		Integração e síntese		Instrumentos e bases complementares	
Fundamentos	Dinâmicas territoriais	Teorias do Planejamento	Práticas de Planejamento	Métodos e Técnicas	Políticas setoriais
Estado e Relações de Poder	Estrutura e Dinâmica Social	Planejamento e Política Ambiental	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional	Introdução a Probabilidade e Estatística	
Ética e justiça	Território e	Política Urbana	Oficina de	Bases	

	Sociedade		Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais	Matemáticas	
Identidade e Cultura	Ciência, Tecnologia e Sociedade	Planejamento e Política Regional	Oficina de Planejamento Urbano	Bases Computacionais da Ciência	
Estudos Étnico-Raciais	Desenvolvimento e Sustentabilidade	Política Metropolitana	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	
Temas e Problemas em Filosofia	Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente*	Planejamento e Política Rural	TCC I	Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento	
Pensamento Crítico	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil		TCC II	Métodos de Planejamento	
Demografia	Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local			Regulação Urbanística e Ambiental	
Estudos do Meio Físico	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território			Práticas em Ciências e Humanidades	
Sociologia dos Territórios	Uso do Solo Urbano				
Economia Urbana	Evolução e Diversificação da Vida na Terra**				
Economia do Território	Formação do Sistema Internacional				
Pensamento Econômico					
História da Cidade e do Urbanismo					
Governança Pública, Democracia e Políticas no Território					
Interpretações do Brasil					
Introdução às Humanidades e às Ciências Sociais					

Introdução à Economia					
Estrutura da Matéria **					
Bases Conceituais da Energia**					
Bases Epistemológicas da Ciência Moderna					
Disciplinas Obrigatórias BPT = 7	Disciplinas Obrigatórias BPT = 4	Disciplinas Obrigatórias BPT = 4	Disciplinas Obrigatórias BPT = 6	Disciplinas Obrigatórias BPT = 4	Disciplinas Obrigatórias BPT = 0
Disciplinas Obrigatórias BC&H/BCT = 13	Disciplinas Obrigatórias BC&H/BCT = 7	Disciplinas Obrigatórias BC&H = 0	Disciplinas Obrigatórias BC&H = 0	Disciplinas Obrigatórias BC&H/BCT = 4	Disciplinas Obrigatórias BC&H = 0

*Disciplina obrigatória do BCT

** O aluno deverá escolher apenas uma disciplina dentre as três opções oferecidas

Quadro 2: Distribuição das disciplinas de opção limitada do BPT por eixos temáticos e de

Leituras das dinâmicas territoriais		Integração e síntese		Instrumentos e bases complementares	
Fundamentos	Dinâmicas territoriais	Teorias do Planejamento	Práticas de Planejamento	Métodos e Técnicas	Políticas setoriais
Introdução a Políticas Públicas*	Análise da produção do espaço urbano*	Planejamento e Gestão de Redes e Sistemas Territoriais	Oficina de Projeto Urbano	Avaliação de Impactos Ambientais*	Energia e Abastecimento
Cidadania, Direitos e Desigualdades*	Desenvolvimento humano e pobreza urbana	Tópicos Especiais em Planejamento Territorial I	Práticas Especiais do Planejamento Territorial I	Avaliação e Monitoramento das Políticas Públicas*	Gestão Urbano-Ambiental*
	Dinâmicas Territoriais e Relações Étnico-Raciais no Brasil			Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos	Habituação e Assentamentos Humanos
	Políticas Públicas de Intervenção Territorial no Brasil*			Geotecnia Aplicada ao Planejamento Urbano-Ambiental*	Patrimônio Cultural e Paisagem
	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais			Informática Aplicada ao Planejamento Territorial	Política Habitacional
	Mercado Imobiliário			Introdução a Inferência Estatística*	Políticas de Infraestrutura*
	Urbanização Brasileira			Sustentabilidade e Indicadores	Políticas Sociais*
	Geografia Política*				Saneamento Ambiental
					Segurança dos Territórios
					Território e Logística
					Transportes e Mobilidade Urbana*
Total = 2	Total = 8	Total = 2	Total = 3	Total = 7	Total = 11

formação

Observação: Disciplinas com * são existentes nos cursos de BC&H, BCE, BPP, BRI e Engenharias

9.4 Estratégias Pedagógicas

Na base do curso de BPT da UFABC está o Bacharelado em Ciência e Humanidades - BC&H. Os estudantes inicialmente ingressam nos Bacharelados Interdisciplinares da UFABC e somente à medida que avançam neste curso passam a cursar as disciplinas do BPT e ao final do BC&H podem efetuar sua matrícula nesse curso. A partir do BC&H os estudantes adquirem uma forte formação em ciências sociais, humanas, ciência e tecnologia. Também já no BC&H estão previstos alguns mecanismos pedagógicos que estarão presentes por todo o curso BPT, entre os quais destacamos:

- Escala progressiva de decisões a serem tomadas pelos alunos que ingressam na universidade, ao longo do programa.
- Possibilidade de monitoramento e atualização contínua dos conteúdos a serem oferecidos pelos programas.
- Interdisciplinaridade não apenas com as áreas de conhecimentos básicos, mas, também, entre as diversas especialidades das ciências sociais aplicadas.
- Elevado grau de autonomia do aluno na definição de seu projeto curricular pessoal.

O caráter interdisciplinar, não segue as modalidades tradicionais de formação superior, pois exige a compreensão do perfil versátil desejado do profissional a ser formado e da cadeia de conhecimentos necessária para esta formação. Assim, o curso de BPT exige o cumprimento de 3060 horas aula e 225 créditos, cuja composição deve obedecer (Quadro 3):

Quadro 3: Total de créditos e horas para o Bacharelado em Planejamento Territorial

	Créditos	Horas
Disciplinas obrigatórias comuns ao do BC&T e do BC&H	20	240
Disciplinas obrigatórias específicas do BC&H	51	612
Atividades complementares do BC&H	0	120
Total obrigatório BC&H	71	852
Disciplinas Obrigatórias BPT	100	1200
Disciplinas de Opção Limitada BPT	28	336
Disciplinas Livres	22	264
TCC em Bacharelado em Planejamento Territorial	4	48
Total específico de BPT	154	1848
Total BPT	225	3060

Trata-se de uma proposta de curso dentro do espírito do modelo pedagógico da UFABC, permitindo uma grande flexibilidade para o aluno estabelecer seu próprio currículo acadêmico, à medida que vai adquirindo maturidade para tal, contemplando aspectos de atualização e acompanhamento contínuos dos conteúdos sendo ministrados, e que atende às determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais, do CNE/CES. Nesse sentido, o BPT possibilita, além das opções limitadas, que o aluno complete sua grade com 22 créditos em

disciplinas livres, tanto aquelas ofertadas pelos docentes credenciados ao BPT como quaisquer outras disciplinas da Universidade.

Estas disciplinas buscam também contemplar a necessidade dos bacharelados em considerarem, em sua estrutura, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645, de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01, 17/06/2004); a Disciplina de Libras (Decreto nº 5.626, de 22/12/2005); e as Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27/04/1999, e Decreto nº 4.281, de 25/06/2002). As disciplinas que contemplam estas demandas são:

Disciplinas com Temática Étnico-Racial:

- BIQ0602-15 Estrutura e Dinâmica Social (Obrigatória)
- BIR0004-15 Bases Epistemológicas da Ciência Moderna (Obrigatória)
- BIR0603-15 Ciência, Tecnologia e Sociedade (Obrigatória)
- BHQ302-15 Identidade e Cultura (Obrigatória)
- BHQ0002-15 Estudos Étnico-Raciais (Obrigatória)
- ESHP004-13 Cidadania, Direitos e Desigualdades (Opção limitada)
- ESZT017-17 Dinâmicas Territoriais e Relações Étnico-Raciais no Brasil (Opção limitada)
- ESHP005-13 Conflitos Sociais (Livre)
- ESZP014-13 Diversidade Cultural, Conhecimento Local e Políticas Públicas (Livre)
- ESZP008-13 Políticas Públicas de gênero, etnia e geração (Livre)

Disciplinas com Temática Ambiental:

- BH0102 - 15 Desenvolvimento e Sustentabilidade (Obrigatória)
- BCL0306-15 Biodiversidade: Interações entre Organismos e ambiente (Obrigatória)
- ESHT022-17 Regulação Urbanística e Ambiental (Obrigatória)
- ESTU025-17 Avaliação de Impactos Ambientais (Opção limitada)
- ESZU028-17 Geotecnia Aplicada ao Planejamento Urbano-Ambiental (Opção limitada)
- ESZT014-17 Sustentabilidade e Indicadores (Opção limitada)
- ESZU011-17 Gestão Urbano-Ambiental ((Opção limitada)
- ESZT012-17 Saneamento Ambiental (Opção limitada)
- ESZP027-13 Métodos e técnicas aplicadas às políticas públicas ambientais (Livre)
- EN2112 Direito Ambiental e Urbanístico (Livre)
- EN4115 Gestão Ambiental na Indústria (Livre)
- EN2126 Saúde Ambiental (Livre)
- EN2102 Teoria do Planejamento Urbano e Ambiental (Livre)
- BC1202 Energia e Meio Ambiente (Livre)
- EN2416 Energia, Meio Ambiente e Sociedade (Livre)

Ainda como estratégia pedagógica vale destacar o vínculo do BPT, por meio de seus docentes, com o Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC – Stricto Sensu – autorizado pela CAPES em 2010. O vínculo entre a graduação e a

pós-graduação objetiva estabelecer e fortalecer ações de pesquisa e extensão, em especial da Iniciação Científica – IC, junto aos projetos do programa da pós-graduação.

9.4.1 Tecnologias de informação e comunicação (TICs)

Os professores também têm incentivos a se utilizarem de diversos instrumentos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) para comporem suas aulas e estratégias pedagógicas. Seu uso não está restrito apenas aos cursos não presenciais ou semipresenciais, já tendo ocupado um espaço importante também como mediador em cursos presenciais. A UFABC disponibiliza o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado por diversos docentes do curso, o qual auxilia nas atividades de aprendizado eletrônico, oferecendo suporte ao ensino presencial.

O AVA é organizado em diferentes áreas de trabalho com distintas funcionalidades, permitindo que os usuários (educadores/alunos) possam criar cursos, gerenciá-los e participar de maneira colaborativa na execução de trabalhos, tarefas, pesquisas e projetos. O ambiente também possibilita ao usuário manter um perfil pessoal, uma agenda compartilhada, interagir com professores e/ou alunos via ferramentas como chat ou videoconferência, realizar testes, disponibilizar e compartilhar conteúdo didático, entre outras formas de colaboração.

9.4.2 Oferta de disciplinas no formato semipresencial

Em consonância com a Portaria do Ministério de Educação e Cultura nº 4059, de 10 de dezembro de 2004, as instituições de ensino superior poderão ofertar componentes curriculares que, total ou parcialmente, utilizem as modalidades de ensino semipresencial ou tutorial, as quais serão denominadas simplesmente de “modalidade semipresencial”. Nos termos da Portaria 4059/2004:

- Poderão ser ofertados todos os componentes curriculares do Bacharelado em Planejamento Territorial de forma integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária do curso;
- As avaliações dos componentes curriculares ofertados na modalidade referida serão presenciais;
- Uma mesma disciplina do curso poderá ser ofertada nos formatos presencial e semipresencial, com Planos de Ensino devidamente adequados à sua oferta;
- O número de créditos atribuídos a um componente curricular será o mesmo em ambos os formatos;
- Para fins de registros escolares, não existe qualquer distinção entre as ofertas presencial ou semipresencial de um dado componente curricular;
- As TICs, o papel dos tutores e o material didático a serem utilizados deverão ser detalhados em proposta de Plano de Aula a ser avaliado pela coordenação do curso antes de sua efetiva implantação.

A Resolução da Comissão de Graduação no 10 de 17 de dezembro de 2015¹², (resolução CG 10/2015,) regulamenta a oferta destas disciplinas, em consonância com

¹² Disponível em: <http://prograd.ufabc.edu.br/cg-resolucoes/1242-resolucao-cg-10>. Acesso em: 19 de out. 2016.

a Portaria 4059/2004 do MEC. O gerenciamento dos 20% de oferecimento deve obrigatoriamente seguir as normas e regulamentações da UFABC, considerando as exigências e os critérios mínimos de qualidades estabelecidos pelos seguintes documentos legais:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
- Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004
- Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005
- Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006
- Portarias Normativas nº 1 e 2, de 10 de janeiro de 2007
- Recomendação ConsEPE nº 07, de 13 de agosto de 2014

9.5 Apresentação Gráfica de um Perfil de Formação

No Quadro 4 a seguir, está detalhada a composição de cada um dos conjuntos de disciplinas específicas do curso do BPT, por quadrimestre, assim como é sugerida uma matriz curricular. No quadro 5 está a apresentação gráfica de um perfil de formação, a título de exemplo, com uma seleção de disciplinas de opção limitada.

Quadro 4: Sugestão de Grade para o Bacharelado em Planejamento Territorial

PRIMEIRO ANO	1Q	BIR0603-15 Ciência, Tecnologia e Sociedade	BHP0201-15 Temas e Problemas em Filosofia	BHO0101-15 Estado e Relações de Poder	BHQ0003-15 Interpretações do Brasil	BHO0001-15 Identidade e Cultura			
		3 0 4	4 0 4	4 0 4	4 0 4	3 0 4			
	2Q	BIS0003-15 Bases Matemáticas	BHP0202-15 Pensamento Crítico	BHO0001-15 Introdução às Humanidades e Ciências Sociais	BHO1101-15 Introdução à Economia	BHO1335-15 Formação do Sistema Internacional			
		4 0 5	4 0 4	2 0 4	4 0 4	4 0 4			
	3Q	BIS0005-15 Bases Computacionais da Ciência	BIQ0602-15 Estrutura e Dinâmica Social	Atividades Complementares	BHQ0301-15 Território e Sociedade	BHQ0002-15 Estudos Étnico-Raciais	BHP0001-15 Ética e Justiça		
		0 2 2	3 0 4		4 0 4	3 0 4	4 0 4		
SEGUNDO ANO	4Q	BIK0102-15 Estrutura da Matéria	BIN0406-15 Introdução à Probabilidade e à Estatística		BIR0004-15 Bases Epistemológicas da Ciência Moderna	BHO0002-15 Pensamento Econômico	BHO0102-15 Desenvolvimento e Sustentabilidade		
		3 0 4							
		ou							
		BIL0304-15 Evolução e Diversificação da Vida na Terra							
		3 0 4							
		ou							
BIJ0207-15 Bases Conceituais da Energia									
2 0 4	3 0 4	3 0 4	3 0 4	4 0 4					
5Q	ESHT005-17 Economia do Território	ESHT023-17 Sociologia dos Territórios	ESHT003-17 Demografia	ESHT007-17 Estudos do Meio Físico	ESHT001-17 Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território				
	4 0 3	4 0 4	4 0 4	4 0 4	2 0 2				
6Q	BCL0306-15 Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente	ESHT006-17 Economia Urbana	ESHT002-17 Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	ESHT025-17 Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil	ESHT022-17 Regulação Urbanística e Ambiental				
	3 0 4	4 0 4	2 3 3	4 0 4	2 0 2				
TERCEIRO ANO	7Q	ESHT018-17 Planejamento e Política Regional	ESHT009-17 História da Cidade e do Urbanismo	ESHT011-17 Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento	ESHT017-17 Planejamento e Política Ambiental	Opção Limitada ou Livre			
		4 0 4	4 0 4	3 1 4	4 0 4	4 CRÉDITOS			
	8Q	ESHT019-17 Planejamento e Política Rural	ESHT021-17 Política Urbana	ESHT010-17 Métodos de Planejamento	ESHT013-17 Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional	Opção Limitada ou Livre			
		4 0 4	4 0 4	3 1 4	0 4 4	4 CRÉDITOS			
	9Q	ESHT008-17 Governança Pública, Democracia e Políticas no Território	ESHT024-17 Uso do Solo Urbano	ESHT014-17 Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interiores e Rurais	Opção Limitada ou Livre	Opção Limitada ou Livre	BHS0001-15 Práticas em Ciências e Humanidades		
		4 0 4	4 0 4	0 4 4	6 CRÉDITOS		2 2 4		
QUARTO ANO	10Q	ESHT012-17 Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local	ESHT020-17 Política Metropolitana	ESHT015-17 Oficina de Planejamento Urbano	Opção Limitada ou Livre	Opção Limitada ou Livre			
		4 0 4	4 0 4	0 4 4	8 CRÉDITOS				

11Q	ESHT900-17 Trabalho de Conclusão de Curso I	ESHT016-17 Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana	Opção Limitada ou Livre	Opção Limitada ou Livre	Opção Limitada ou Livre			
	0 2 12	0 4 4	12 CRÉDITOS					
12Q	ESHT901-17 Trabalho de Conclusão de Curso II	Opção Limitada ou Livre	Opção Limitada ou Livre	Opção Limitada ou Livre	Opção Limitada ou Livre			
	0 2 12	16 CRÉDITOS						

Quadro 5: Apresentação gráfica de um perfil de formação, com uma seleção de disciplinas de opção limitada

PRIMEIRO ANO	1Q	BIR0603-15 Ciência, Tecnologia e Sociedade	BHP0201-15 Temas e Problemas em Filosofia	BHO0101-15 Estado e Relações de Poder	BHQ0003-15 Interpretações do Brasil	BHO0001-15 Identidade e Cultura			
		3 0 4	4 0 4	4 0 4	4 0 4	3 0 4			
	2Q	BIS0003-15 Bases Matemáticas	BHP0202-15 Pensamento Crítico	BHO0001-15 Introdução às Humanidades e Ciências Sociais	BHO1101-15 Introdução à Economia	BHO1335-15 Formação do Sistema Internacional			
4 0 5		4 0 4	2 0 4	4 0 4	4 0 4				
3Q	BIS0005-15 Bases Computacionais da Ciência	BIQ0602-15 Estrutura e Dinâmica Social	Atividades Complementares	BHQ0301-15 Território e Sociedade	BHQ0002-15 Estudos Étnico-Raciais	BHP0001-15 Ética e Justiça			
	0 2 2	3 0 4		4 0 4	3 0 4	4 0 4			
SEGUNDO ANO	4Q	BIK0102-15 Estrutura da Matéria	BIN0406-15 Introdução à Probabilidade e à Estatística	Atividades Complementares	BIR0004-15 Bases Epistemológicas da Ciência Moderna	BHO0002-15 Pensamento Econômico	BHO0102-15 Desenvolvimento e Sustentabilidade		
		3 0 4							
		ou							
		BIL0304-15 Evolução e Diversificação da Vida na Terra							
	3 0 4								
	ou								
BIJ0207-15 Bases Conceituais da Energia	3 0 4	3 0 4	3 0 4	3 0 4	4 0 4				
5Q	ESHT005-17 Economia do Território	ESHT023-17 Sociologia dos Territórios	ESHT003-17 Demografia	ESHT007-17 Estudos do Meio Físico	ESHT001-17 Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território				
	4 0 3	4 0 4	4 0 4	4 0 4	2 0 2				
6Q	BCL0306-15 Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente	ESHT006-17 Economia Urbana	ESHT002-17 Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	ESHT025-17 Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil	ESHT022-17 Regulação Urbanística e Ambiental				
	3 0 4	4 0 4	2 3 3	4 0 4	2 0 2				
7Q	ESHT018-17 Planejamento e Política Regional	ESHT009-17 História da Cidade e do Urbanismo	ESHT011-17 Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento	ESHT017-17 Planejamento e Política Ambiental	MCTC014-13 Introdução à Inferência Estatística				
	4 0 4	4 0 4	3 1 4	4 0 4	4 CRÉDITOS				
8Q	ESHT019-17 Planejamento e Política Rural	ESHT021-17 Política Urbana	ESHT010-17 Métodos de Planejamento	ESHT013-17 Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional	ESZT005-17 Informática Aplicada ao Planejamento Territorial				

QUARTO ANO	9Q	4	0	4	4	0	4	3	1	4	0	4	4	4 CRÉDITOS			
		ESHT008-17 Governança Pública, Democracia e Políticas no Território		ESHT024-17 Uso do Solo Urbano		ESHT014-17 Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais		ESZT009-17 Planejamento e Gestão de Redes Técnicas e Sistemas Territoriais		Disciplina Livre		BHS0001-15 Práticas em Ciências e Humanidades					
	4	0	4	4	0	4	0	4	4	6 CRÉDITOS			2	2	4		
	10Q	ESHT012-17 Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local		ESHT020-17 Política Metropolitana		ESHT015-17 Oficina de Planejamento Urbano		ESZT006-17 Mercado Imobiliário		Disciplina Livre							
		4	0	4	4	0	4	0	4	4	8 CRÉDITOS						
	11Q	ESHT900-17 Trabalho de Conclusão de Curso I		ESHT016-17 Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana		ESZT015-17 Território e Logística		ESZT014-17 Sustentabilidade e Indicadores		Disciplina Livre							
		0	2	12	0	4	4	12 CRÉDITOS									
	12Q	ESHT901-17 Trabalho de Conclusão de Curso II		ESZT015-17 Segurança dos Territórios		Disciplina Livre		Disciplina Livre		Disciplina Livre							
		0	2	12	16 CRÉDITOS												

10 DISCIPLINAS

Nesta seção será apresentado o rol disciplinas obrigatórias e de opção limitada para o curso de BPT (Quadros 6 e 7). Para as disciplinas livres considera-se a opção do aluno em selecionar as disciplinas de seu interesse no rol das oferecidas na universidade.

As disciplinas Tópicos Especiais I e Práticas Especiais do Planejamento Territorial I foram criadas com o intuito de trabalhar em sala de aula temas que estão sendo desenvolvidos pelos professores em pesquisas e projetos de extensão, de modo que as expertises e os conhecimentos adquiridos por eles possam ser compartilhados com os alunos. O objetivo é possibilitar discussões, práticas e experimentos com temas extracurriculares, os quais complementarão a grade curricular do curso de Bacharelado em Planejamento e Gestão do Território.

O documento com a descrição das disciplinas obrigatórias e de opção limitada encontra-se no Anexo I desse documento.

Quadro 6 - Disciplinas Obrigatórias para o Bacharelado em Planejamento Territorial

Item	Sigla	Nome	T	P	I	Créditos
01	BIR0603-15	Ciência, Tecnologia e Sociedade	3	0	4	3
02	BHP0201-15	Temas e Problemas em Filosofia	4	0	4	4
03	BH00101-15	Estado e Relações de Poder	4	0	4	4
04	BHQ0003-15	Interpretações do Brasil	4	0	4	4

05	BH00001-15	Identidade e Cultura	3	0	4	3
06	BIS0003-15	Bases Matemáticas	4	0	5	4
07	BHP0202-15	Pensamento Crítico	4	0	4	4
08	BH00001-15	Introdução às Humanidades e Ciências Sociais	2	0	4	2
09	BH01101-15	Introdução à Economia	4	0	4	4
10	BH01335-15	Formação do Sistema Internacional	4	0	4	4
11	BIS0005-15	Bases Computacionais da Ciência	0	2	2	2
12	BIQ0602-15	Estrutura e Dinâmica Social	3	0	4	3
13	BHQ0301-15	Território e Sociedade	4	0	4	4
14	BHQ0002-15	Estudos Étnico-Raciais	3	0	4	3
15	BHP0001-15	Ética e Justiça	4	0	4	4
16	BIK0102-15	Estrutura da Matéria	3	0	4	3
17	BIL0304-15	Evolução e Diversificação da Vida na Terra	3	0	4	3
18	BIJ0207-15	Bases Conceituais da Energia	2	0	4	2
19	BIN0406-15	Introdução à Probabilidade e à Estatística	3	0	4	3
20	BIR0004-15	Bases Epistemológicas da Ciência Moderna	3	0	4	3
21	BH00002-15	Pensamento Econômico	3	0	4	3
22	BH00102-15	Desenvolvimento e Sustentabilidade	4	0	4	4
23	ESHT005-17	Economia do Território	4	0	3	4
24	ESHT023-17	Sociologia dos Territórios	4	0	4	4
25	ESHT003-17	Demografia	4	0	4	4
26	ESHT007-17	Estudos do Meio Físico	4	0	4	4
27	ESHT001-17	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território	2	0	2	2
28	BCL0306-15	Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente	3	0	4	3

29	ESHT006-17	Economia Urbana	4	0	4	4
30	ESHT002-17	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	2	3	3	5
31	ESHT025-17	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil	4	0	4	4
32	ESHT022-17	Regulação Urbanística e Ambiental	2	0	2	2
33	ESHT018-17	Planejamento e Política Regional	4	0	4	4
34	ESHT009-17	História da Cidade e do Urbanismo	4	0	4	4
35	ESHT011-17	Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento	3	1	4	4
36	ESHT017-17	Planejamento e Política Ambiental	4	0	4	4
37	ESHT019-17	Planejamento e Política Rural	4	0	4	4
38	ESHT021-17	Política Urbana	4	0	4	4
39	ESHT010-17	Métodos de Planejamento	3	1	4	4
40	ESHT013-17	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional	0	4	4	4
41	ESHT008-17	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território	4	0	4	4
42	ESHT024-17	Uso do Solo Urbano	4	0	4	4
43	ESHT014-17	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais	0	4	4	4
44	BHS0001-15	Práticas em Ciências e Humanidades	2	2	4	4
45	ESHT012-17	Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local	4	0	4	4
46	ESHT020-17	Política Metropolitana	4	0	4	4
47	ESHT015-17	Oficina de Planejamento Urbano	0	4	4	4
48	ESHT900-17	Trabalho de Conclusão de Curso I	0	2	12	2
49	ESHT016-17	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana	0	4	4	4
50	ESHT901-17	Trabalho de Conclusão de Curso II	0	2	12	2
TOTAL						172

Quadro 7 - Disciplinas de Opção Limitada para o Bacharelado em Planejamento Territorial

Item	Sigla	Nome	T	P	I	Créditos
01	ESZT001-17	Análise da Produção do Espaço e Políticas Públicas Urbanas	4	0	4	4
02	ESHPO03-13	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	2	2	4	4
03	ESTU025-17	Avaliação de Impactos Ambientais	2	2	4	4
04	ESHPO04-13	Cidadania, Direitos e Desigualdades	4	0	4	4
05	ESZT002-17	Desenvolvimento Humano e Pobreza Urbana	4	0	4	4
06	ESZT017-17	Dinâmicas Territoriais e Relações Étnico-Raciais no Brasil	4	0	4	4
07	ESTG004-17	Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos	2	2	5	4
08	ESZT003-17	Energia e Abastecimento	4	0	4	4
09	ESHR007-14	Geografia Política	4	0	4	4
10	ESZU028-17	Geotecnia Aplicada ao Planejamento Urbano-Ambiental	2	1	3	3
11	ESZU011-17	Gestão Urbano-Ambiental	3	1	4	4
12	ESTU007-17	Habitação e Assentamentos Humanos	3	1	5	4
13	ESZT005-17	Informática Aplicada ao Planejamento Territorial	1	3	4	4
14	MCTC014-13	Introdução à Inferência Estatística	3	1	4	4
15	ESHPO14-13	Introdução às Políticas Públicas	4	0	4	4
16	ESZT006-17	Mercado Imobiliário	4	0	4	4
17	ESZT007-17	Oficina de Projeto Urbano	0	4	4	4
18	ESZT008-17	Patrimônio Cultural e Paisagem	4	0	4	4
19	ESZT009-17	Planejamento e Gestão de Redes Técnicas e Sistemas Territoriais	4	0	4	4
20	ESZT010-17	Políticas de Infraestrutura	4	0	4	4
21	ESZT011-17	Política Habitacional	4	0	4	4
22	ESZP009-13	Políticas Públicas de Intervenção Territorial no Brasil	4	0	4	4

23	ESHP018-14	Políticas Sociais	4	0	4	4
24	ESZT012-17	Saneamento Ambiental	4	0	4	4
25	ESZT013-17	Segurança dos Territórios	4	0	4	4
26	ESZT014-17	Sustentabilidade e Indicadores	4	0	4	4
27	ESZT015-17	Território e Logística	4	0	4	4
28	ESTU021-17	Transportes e Mobilidade Urbana	2	0	4	2
29	ESZT016-17	Urbanização Brasileira	4	0	4	4
30	ESZT018-17	Tópicos Especiais em Planejamento Territorial	4	0	4	4
31	ESZT020-17	Práticas Especiais do Planejamento Territorial	0	4	4	4
32	ESZT022-17	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais	4	0	4	4

11 AÇÕES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO

11.1 Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial (PEAT)

Este projeto tem como objetivo promover a adaptação do aluno ao projeto acadêmico da UFABC, orientando-o para uma transição tranquila e organizada do Ensino Médio para o Superior, em busca de sua independência e autonomia e a fim de torná-lo empreendedor de sua própria formação. O tutor é um docente dos quadros da UFABC que será responsável por acompanhar o desenvolvimento acadêmico do aluno. Será seu conselheiro, a quem deverá recorrer quando houver dúvidas a respeito de escolha de disciplinas, trancamento, estratégias de estudo, etc.

Maiores informações em: <http://prograd.ufabc.edu.br/peat>.

11.2 Iniciação científica

A Pesquisa Científica objetiva fundamentalmente contribuir para a evolução do conhecimento humano em todos os setores, sendo assim fundamental em universidades como a UFABC.

Considerando que ensino e pesquisa são indissociáveis, a Universidade acredita que o aluno não deve passar o tempo todo em sala de aula e sim buscar o aprendizado com outras ferramentas. A Iniciação Científica (IC) é uma ferramenta de apoio teórico e metodológico à realização do projeto pedagógico, sendo assim um instrumento de formação.

A UFABC possui os seguintes programas de iniciação à pesquisa:

✓ *Programa Pesquisando Desde o Primeiro Dia – PDPD;*

✓ *Programa de Iniciação Científica – PIC/UFABC;*

✓ *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq;*

✓ *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq nas Ações Afirmativas.*

Maiores informações em: <http://ic.ufabc.edu.br/images/manual.pdf>.

11.3 Monitoria acadêmica

A Monitoria Acadêmica tem o compromisso de desenvolver a autonomia e a formação integral dos alunos, incentivar a interação entre eles e os professores e propiciar apoio aos graduandos matriculados no BC&T e no BC&H. Na UFABC, essa atividade busca estimular no aluno monitor o senso de responsabilidade, de cooperação, a satisfação em ampliar conhecimentos e o empenho nas atividades acadêmicas. A prática da monitoria representa uma oportunidade para os estudantes compreenderem a importância da ética e do empreendimento na própria formação, seja como um futuro profissional do mercado ou como pesquisador.

Maiores informações em: <http://prograd.ufabc.edu.br/monitoria>

11.4 Semana de Integração Universitária (SIU)

Para acolher os estudantes desde o seu ingresso, a UFABC organiza a Semana de Inserção Universitária, sob a responsabilidade da Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT), da Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD. Nessa semana são oferecidos aos ingressantes encontros onde são abordadas questões referentes à organização dos estudos e às particularidades do Projeto Pedagógico da UFABC.

11.5 Programas de mobilidade nacional e internacional

O atendimento ao aluno participante desses programas é realizado por intermédio da Assessoria de Relações Internacionais – ARI, com o apoio da PROAP, PROGRAD e Centros. À ARI compete o suporte à documentação, acordos e contatos entre os diversos entes - instituições de ensino, parceiros internacionais, agências de fomento, residências e moradias, administradoras de seguro-saúde - e instrução e monitoramento dos processos de cada estudante. A PROAP promove oficinas de integração e oferece apoio psicológico aos discentes. Os Centros e coordenações de cursos avaliam e repassam planos de trabalho, equivalências e estágios, além de apoiar o contato com instituições de ensino internacionais. A PROGRAD realiza o afastamento conforme demanda da ARI.

11.6 Incentivo à aprendizagem de língua estrangeira

A UFABC possui dois programas para a qualificação de discentes para o exercício de atividades inerentes ao uso da língua estrangeira. O Curso de Língua Inglesa Presencial (CLIP) visa oferecer, gratuitamente, o ensino do idioma aos estudantes de graduação e servidores da UFABC. O CLIP assume um caráter socioeconômico e de valorização da excelência, visto que busca contemplar, preferencialmente, os alunos de excelência beneficiados pela Bolsa Permanência. Os módulos ofertados até então foram Iniciante, Elementar, Pré-intermediário e Intermediário, sendo que o curso já disponibilizou, desde 2011, 303 vagas para discentes de graduação. O Curso de Língua Inglesa Online é um curso de inglês online do Programa Inglês sem Fronteiras (IsF), uma iniciativa do Ministério da Educação por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), destinado aos alunos de graduação e pós-graduação, de instituições de ensino superior públicas e privadas brasileiras. São ofertadas vagas em nível iniciante, básico, pré-intermediário, intermediário e avançado.

11.7 Programa de Assistência ao Docente

A Assistência ao Docente consiste em um programa institucional, pelo qual os alunos regularmente matriculados nos cursos de pós-graduação da UFABC podem realizar atividades didático-pedagógicas em disciplinas de graduação da UFABC, com a supervisão dos docentes. Além de possibilitar a aquisição de experiência em atividades de ensino importantes para a ampla formação dos pós-graduandos, aproxima os discentes dos diferentes níveis, proporcionando apoio acadêmico aos alunos matriculados na graduação da UFABC. O programa é regulamentado por Resolução CONSEPE no 164.

11.8 Programas de Apoio aos Estudantes da Graduação

Uma das preocupações da Instituição é oferecer apoio e condições de permanência ao estudante na Universidade. A Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas – PROAP, por meio da Divisão de Apoio ao Estudante da Graduação, é responsável pela execução dos Programas de Apoio aos Estudantes da Graduação.

A DAEG (Divisão de Apoio ao Estudante da Graduação) é responsável pela execução dos programas de apoio aos estudantes da Graduação que objetivam minimizar os impactos sociais e econômicos que influenciam negativamente as condições de permanência do estudante na Universidade. Os Programas de Apoio se constituem como uma das estratégias de inclusão social e consiste no subsídio financeiro (bolsas) concedido ao estudante após o atendimento de critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário da UFABC (Resolução ConsUni nº 59/2010) e outros editais próprios que estabelecem procedimentos para a seleção dos estudantes que serão atendidos. Este subsídio visa a oferecer condições para que os estudantes, que possivelmente tenham enfrentado e vencido grandes barreiras para acessar a universidade, não a abandonem em face dos problemas financeiros seus ou de suas famílias. Os Programas de Apoio têm, portanto, grande impacto na mitigação do problema da evasão que ocorre nas universidades brasileiras.

a) Bolsa Permanência: destinada às despesas relacionadas às necessidades básicas (transporte, alimentação, vestuário, livros) do estudante.

b) Bolsa Moradia: destinada aos estudantes que necessitam morar fora de seu domicílio familiar, exclusivamente para fins educacionais.

c) Bolsa-Auxílio-Participação em Eventos: Conforme Resolução ConsEPE no 26 de 17 de dezembro de 2008, este benefício tem a finalidade de suprir as despesas referentes à participação de alunos de Graduação em eventos científicos, culturais, esportivos, de lazer e de cidadania. O beneficiário deverá apresentar relatório de atividades desenvolvidas, bem como realizar a prestação de contas à comissão que autorizou a concessão da bolsa em até dez dias após o término do evento. O aluno que não cumprir esse procedimento no prazo fixado será advertido pela Universidade, podendo ficar suspenso dos programas de apoio estudantil da UFABC. As solicitações do recurso devem ser encaminhadas à Divisão Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação.

11.9 Ações extensionistas

A Pró-reitoria de Extensão e Cultura (ProEC) tem por missão promover a interação transformadora entre a UFABC e outros setores da sociedade, por meio de um processo educativo, cultural, científico e político, impactando diretamente na formação do estudante.

As ações de extensão na ProEC acontecem sob a forma de programa, cursos, projetos e oficinas, numa forma bidirecional – universidade/sociedade/universidade e consideram a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão.

Maiores informações em: <http://proec.ufabc.edu.br>

12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O aluno fará 120 horas de atividades complementares durante o BC&H que compreendem:

1. Atividades de complementação da formação social, humana, cultural e acadêmica
2. Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo
3. Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional

As Atividades Complementares para o BC&H serão validadas conforme a Resolução ConsEPE N^o 11 de 2016, que dispõe sobre normas gerais para as atividades complementares dos cursos de formação interdisciplinar da Universidade Federal do ABC.

As atividades complementares poderão ser realizadas na própria UFABC ou em outras organizações públicas e privadas, preferencialmente em horários que não coincidam com o das aulas, e não serão justificativas para faltas em atividades curriculares do curso.

As atividades complementares serão divididas em 4 (quatro) grupos (Redação dada pela Resolução ConsEPE n^o 11, de 28 de junho de 2016):

Grupo 1 – Atividades esportivas e culturais, incluindo:

- I – Participação efetiva em atividades esportivas;
- II – Participação em atividades artísticas e culturais;
- III – Apresentação de trabalhos artísticos e culturais;
- IV – Organização de atividades artísticas e culturais;

V – Participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 – Atividades sociais e comunitárias, incluindo:

I – Participação como membro de Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;

II – Participação em trabalho voluntário, atividades beneficentes, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio, associações escolares;

III – Atuação como mesário em eleições municipais, estaduais ou federais;

IV – Atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica de interesse da sociedade, desde que não remunerados;

V – Participação como monitor no Programa de Monitoria Inclusiva;

VI – Doação de Material Biológico: sangue, medula, cabelo etc.

Grupo 3 – Atividades acadêmicas e profissionais, incluindo:

I – Participação em cursos de fundamento científico, técnico ou profissionalizante que não sejam disciplinas de graduação ou pós-graduação. (Incluem-se neste item os cursos de idiomas);

II – Ouvinte em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

III – Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;

IV – Projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do curso;

V – Exposição em eventos técnico-científicos;

VI – Organização de eventos acadêmicos e técnico-científicos;

VII – Publicações em revistas, periódicos e anais de eventos técnico-científicos;

VIII – Realização de estágio não obrigatório, na área do curso;

IX – Participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;

X – Participação no Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial (PEAT);

XI – Participação como monitor no Programa de Monitoria Acadêmica;

XII – Trabalho como empreendedor na área do curso;

XIII – Trabalho com vínculo empregatício, na área do curso;

XIV – Participação em projetos não previstos como atividades curriculares de cursos de graduação ou das disciplinas de graduação.

Grupo 4 – Atividades de extensão universitária, incluindo:

I – Bolsista, voluntário ou membro da equipe de execução em ações de extensão e cultura;

II – Participação em ações de extensão e cultura;

III – Ouvinte em palestras, congressos e seminários técnico-científicos de cunho extensionista.

IV – Apresentador ou expositor de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos de cunho extensionista;

V – Publicação resultante de projetos de extensão e cultura ou de material de divulgação científica;

VI – Participação como voluntário em ações de extensão institucionais.

Parágrafo único. Serão consideradas ações de extensão e cultura aquelas registradas e reconhecidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFABC, ou órgãos correlatos de outras IES.

Art. 5º A validação das atividades complementares apresentadas pelos discentes fica condicionada a atender aos seguintes critérios:

I – As atividades complementares serão avaliadas segundo a carga horária ou por participação efetiva do aluno;

II – As atividades que se enquadram em mais de um item serão validadas por aquele que propiciar maior carga horária ou a critério do discente;

III – O aluno deverá participar de, no mínimo, 10 (dez) horas de atividade de cada um dos grupos listados.

Art. 6º Será considerado aprovado o aluno que completar a carga horária mínima exigida, devendo participar de, no mínimo, 10 (dez) horas de atividades de cada um dos grupos listados.

Art. 7º Serão consideradas atividades complementares, para efeito de integralização curricular, todas aquelas realizadas fora da matriz curricular, desde que estejam de acordo com os critérios estabelecidos nas Tabelas 1 a 4, constantes do apêndice desta resolução.

Art. 8º Caberá à Pró-Reitoria de Graduação dispor, em regulamento específico, as atribuições dos envolvidos e o fluxo do processo de validação das atividades complementares.

Art. 9º A presente resolução será aplicada aos alunos de graduação ingressantes em 2017 e em anos posteriores.

Parágrafo único. Aos alunos de graduação ingressantes em anos anteriores a 2017, será facultado atender às disposições contidas nesta resolução.

Art. 10 Os casos omissos e de adaptação curricular serão resolvidos pela Coordenação de Curso.

Art. 11 Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFABC.

13 ESTÁGIO CURRICULAR

Além de o BPT ser composto por disciplinas teóricas e trabalhos individuais de pesquisa, a prática da profissão pode ser importante ao aluno que queira ter conhecimento do

mercado de trabalho. No entanto, o estágio do BPT não é obrigatório. Os que optarem por realizar o estágio não obrigatório, podem validar os horários trabalhados como atividades complementares, respeitando as regras da universidade sobre esse item.

Definição de Estágio

De acordo com a Lei de Estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, em seu artigo 10:

“Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”.

Objetivos do Estágio

O curso de BPT entende como objetivos específicos do estágio para a formação do aluno:

- Promover o exercício das atribuições da própria profissão de forma a capacitar o aluno a atuar na área e atender ao mercado de imediato.
- Aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.
- Aplicação dos conhecimentos adquiridos na universidade em um ambiente de trabalho.
- Complementação do ensino e da aprendizagem adquiridos na universidade, a fim de constituir-se em um instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.
- Propiciar o relacionamento com profissionais da respectiva área, a fim de adquirir e assimilar experiências.

Regulamentação de Estágio Não Obrigatório

O estágio não obrigatório permitido aos alunos do curso de BPT da UFABC poderá ser realizado nas dependências da própria universidade, em empresas ou em instituições externas, nos termos da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

O estágio não obrigatório, relacionado com a área de Planejamento Territorial, deverá ser realizado sob orientação de um professor da UFABC, com afinidades na área de conhecimento do estágio. O orientador é responsável por analisar o andamento do estágio, observando que o mesmo deve se constituir em uma atividade de aprendizado, aprofundamento e aplicação dos conhecimentos adquiridos na UFABC.

14 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Conforme a Resolução CONCECS S Nº 30 de 14 DE dezembro de 2015¹³, o aluno deverá apresentar ao final do curso um Trabalho de Conclusão, que será realizado nas disciplinas TCC I e II de Planejamento Territorial a serem cursadas nos dois últimos quadrimestres do curso, preferencialmente.

O Trabalho de Conclusão terá a supervisão de um professor responsável, credenciado no BPT, e será defendido perante uma banca composta pelo orientador e mais dois professores adicionais, definidos pelo professor coordenador e o aluno.

O trabalho de conclusão de curso a ser apresentado poderá ser resultado de um desdobramento de trabalho de pesquisa anteriormente realizado pelo aluno, ou ainda, como aprofundamento de uma das temáticas desenvolvidas nas disciplinas de integração e síntese, denominadas *oficinas* (constantes no Quadro 1), visto que abordam problemáticas específicas do BPT.

15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

De acordo com o projeto pedagógico da UFABC, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem no BPT é feita por meio de conceitos. Os parâmetros para avaliação de desempenho e atribuição de conceito são listados no seguinte quadro¹⁴:

Quadro 8: Parâmetros para avaliação de desempenho e atribuição de conceito

Conceito	Desempenho	Valor numérico
A	Desempenho excepcional, demonstrando excelente compreensão da disciplina e do uso do conteúdo.	4
B	Bom desempenho, demonstrando boa capacidade de uso dos conceitos da disciplina.	3
C	Desempenho mínimo satisfatório, demonstrando capacidade de uso adequado dos conceitos da disciplina, habilidade para enfrentar problemas relativamente simples e prosseguir em estudos avançados.	2
D	Aproveitamento mínimo não satisfatório dos conceitos da disciplina, com familiaridade parcial do assunto e alguma capacidade para resolver problemas simples, mas demonstrando deficiências que exigem trabalho adicional para prosseguir em estudos avançados. Nesse caso, o aluno é aprovado na expectativa de que obtenha um conceito melhor em outra disciplina, para compensar o conceito D no cálculo do CR. Havendo vaga, o aluno	1

¹³ Disponível em http://cecs.ufabc.edu.br/images/pdf/resolucao_concecs_30.pdf, Acesso em 16 Ago. 2016

¹⁴ Disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/doc/manual_aluno_2015.pdf. Acessado em: 16 de ago. 2016

	poderá cursar esta disciplina novamente.	
F	Reprovado. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito.	0
O	Reprovado por falta. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito.	0

No decorrer da vida acadêmica dos estudantes de graduação da UFABC, são gerados alguns coeficientes de avaliação com base nas disciplinas e créditos cursados, nos conceitos obtidos e no número de quadrimestres de permanência do estudante na Universidade, conforme Resolução ConsEPE Nº 147 de 19 de março de 2013¹⁵. Estes coeficientes servem para a avaliação geral e elaboração de políticas para os cursos de graduação da UFABC, e também para subsidiar processos internos de suporte pedagógico e seleção. Veja os principais coeficientes:

Coeficiente de Rendimento (CR): É um número que mostra como vem sendo o aproveitamento do aluno em relação às disciplinas cursadas. O cálculo do CR leva em conta a média ponderada dos conceitos obtidos em todas as disciplinas cursadas pelo aluno, considerando seus respectivos créditos.

Coeficiente de Aproveitamento (CA): É um número definido pela média dos melhores conceitos obtidos nas disciplinas cursadas pelo aluno a partir da matriz sugerida para o seu curso. Seu cálculo é idêntico ao do CR, com a exceção de que o CA elimina do cálculo as disciplinas de menor conceito que o aluno tenha feito e obtido um conceito superior.

Coeficiente de Progressão Acadêmica (CPk): É um número que informa a razão entre os créditos das disciplinas aprovadas e o número total de créditos exigidos para integralização de um curso (o BC&H ou BPT). O valor do CPk cresce à medida que o aluno vai sendo aprovado nas disciplinas cursadas, de acordo com suas categorias: obrigatória, opção limitada ou livre, para o curso considerado. Quando CPk alcançar o valor unitário, o aluno concluiu os créditos correspondentes às disciplinas do curso considerado.

Índice de Afinidade (Ik): É um número que leva em conta o grau de progressão do aluno em um determinado curso (CPk), o tempo de permanência ingresso do aluno na universidade e o seu coeficiente de rendimento (CR).

A metodologia e os critérios de recuperação são regulamentados pela Resolução ConsEPE Nº 182 de 23 de outubro de 2014 (ou outra Resolução que venha a substituí-la).

16 INFRAESTRUTURA

16.1 Os Laboratórios

Laboratórios Didáticos Secos

¹⁵ Disponível em:

http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7645%3Aresolucao-consepe-no-147-define-os-coeficientes-de-desempenho-utilizados-nos-cursos-de-graduacao-da-ufabc&catid=427%3Aconsepe-resolucoes&Itemid=280. Acesso em: 19 de out. 2016.

O BPT conta com 1 laboratório de Cartografia e Geoprocessamento com computadores e softwares de desenho, geoprocessamento e sensoriamento remoto com 45 lugares. Esse laboratório atenderá as disciplinas obrigatórias de *Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial* e *Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento* e para a disciplina de opção limitada de *Informática Aplicada ao Planejamento Territorial*.

Para as disciplinas no formato de oficinas existem 2 laboratórios com **38 lugares** com mesas para elaboração e manipulação de material cartográfico, maquetes e outros. Esses laboratórios atendem as disciplinas obrigatórias de *Métodos de Planejamento, Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional, Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais, Oficina de Planejamento Urbano e Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana* e a disciplina de opção limitada *Oficina de Projeto Urbano*.

Laboratórios de Informática

Além dos laboratórios específicos para o BPT o Câmpus de São Bernardo do Campo conta com 4 laboratórios de informática, todos no Bloco Alfa 1 e mais 3 no Bloco Alfa 2. Esses laboratórios atendem outras disciplinas que demandam estrutura de softwares e que são ofertadas em outros cursos tais como *Introdução a Análise Custo-benefício de Políticas Públicas* e *Introdução à Inferência Estatística* e elencadas no rol das disciplinas limitadas do BPT.

Laboratórios de Pesquisa

Para o desenvolvimento de pesquisas o BPT, por meio de seus docentes, está associado ao Núcleo de Ciência, Tecnologia e Sociedade – NCTS e ao Programa de Pós-Graduação de Planejamento e Gestão do Território-Pós-PGT que dispõem de áreas para o desenvolvimento de pesquisa no Câmpus de São Bernardo do Campo.

16.2 A Biblioteca

As Bibliotecas da UFABC têm por objetivo o apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

Trata-se de uma biblioteca central em Santo André e uma biblioteca setorial em São Bernardo do Campo, abertas também à comunidade externa.

Ambas as bibliotecas prestam atendimento aos usuários de segunda à sexta-feira, das 09h às 22h e aos sábados, das 9h às 13h.

Acervo

O acervo da Biblioteca atende aos discentes, docentes, pesquisadores e demais pessoas vinculadas à Universidade, para consulta local e empréstimos, e quando possível aos usuários de outras Instituições de Ensino e Pesquisa, através do Empréstimo Entre Bibliotecas – EEB, e ainda atenderá a comunidade externa somente para consultas locais. A coleção da Biblioteca é composta por livros, recursos audiovisuais (DVDs, CD-Roms), softwares, e anais de congressos e outros eventos.

Periódicos

A UFABC participa na qualidade de universidade pública, do Portal de Periódicos da CAPES, que oferece acesso a textos selecionados em mais de 15.500 publicações periódicas internacionais e nacionais, além das mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. O Portal inclui também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na Web. A Biblioteca conta com pessoal qualificado para auxiliar a comunidade acadêmica no uso dessas ferramentas.

Política de Desenvolvimento de Coleções

Aprovado pelo Comitê de Bibliotecas e em vigor desde em 14 de novembro de 2006, o manual de desenvolvimento de coleções define qual a política de atualização e desenvolvimento do acervo.

Essa política delinea as atividades relacionadas à localização e escolha do acervo bibliográfico para respectiva obtenção, sua estrutura e categorização, sua manutenção física preventiva e de conteúdo, de modo que o desenvolvimento da Biblioteca ocorra de modo planejado e consonante as reais necessidades.

Importante ressaltar o forte crescimento do crescimento do acervo de ambas as unidades nos últimos anos.

Projetos desenvolvidos pela Biblioteca

Além das atividades de rotina, típicas de uma biblioteca universitária, atualmente estão em desenvolvimento os seguintes projetos:

- **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFABC**
A Biblioteca possui, desde agosto de 2009, o sistema online TEDE (desenvolvido pelo IBICT/MC&T) para disponibilização de Teses e Dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da instituição.
- **Repositório Digital da UFABC - Memória Acadêmica**
Encontra-se, em fase de implantação, o sistema para gerenciamento do Repositório Digital da UFABC. O recurso oferece um espaço onde o professor pode fornecer uma cópia de cada um de seus trabalhos à universidade, de modo a compor a memória unificada da produção científica da instituição.
- **Ações Culturais**
Com o objetivo de promover a reflexão, a crítica e a ação nos espaços universitários, e buscando interagir com seus diferentes usuários, a Biblioteca da UFABC desenvolve o projeto cultural intitulado “Biblioteca Viva”.

Convênios

A Biblioteca desenvolve atividades em cooperação com outras instituições, externas à UFABC, em forma de parcerias, compartilhamentos e cooperação técnica.

- **IBGE**
Com o objetivo de ampliar, para a sociedade, o acesso às informações produzidas pelo IBGE, a Biblioteca firmou, em 26 de agosto de 2007, um convênio de cooperação técnica com o Centro de Documentação e

Disseminações de Informações do IBGE. Por meio desse acordo, a Biblioteca da UFABC passou a ser biblioteca depositária das publicações editadas por esse órgão.

- EEB – Empréstimo Entre Bibliotecas
Esse serviço estabelece um convênio de cooperação que potencializa a utilização do acervo das instituições universitárias participantes, favorecendo a disseminação da informação entre universitários e pesquisadores de todo o país.

A Biblioteca da UFABC já firmou convênio com as seguintes Bibliotecas das seguintes faculdades / institutos (pertencentes à USP - Universidade de São Paulo):

- IB - Instituto de Biociências;
- CQ - Conjunto das Químicas;
- POLI - Escola Politécnica;
- FEA - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade;
- IF – Instituto de Física;
- IEE - Instituto de Eletrotécnica e Energia;
- IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares.

Encontra-se, em fase de negociação, a proposta de convênios para EEB com mais cinco instituições (ITA, FEI, Instituto Mauá de Tecnologia, Fundação Santo André e IMES).

16.3 Os Recursos Tecnológicos

No Câmpus de São Bernardo do Campo da UFABC, onde ocorrem as aulas do BPT Ciências e Humanidades, os recursos tecnológicos atualmente incluem:

- Acesso à Internet com velocidade de 10Mbps.
- Backbone da rede interna da UFABC com capacidade mínima de 1 Gbps.
- Um projetor (data show) e um computador com acesso à Internet em cada sala de aula.
- Utilização da Plataforma Tidia-Ae para atividades a distância e presenciais.

17 ACESSIBILIDADE

A UFABC está comprometida com a garantia do uso autônomo dos espaços nos dois campi por pessoas com deficiências físicas e visuais, conforme Decreto nº 5.296/2004 (detalhes são apresentados na Seção 14. Infraestrutura). Ainda, a UFABC tem ampliado o conceito de acessibilidade para acessibilidade atitudinal, acessibilidade pedagógica, acessibilidade nas comunicações e acessibilidade digital, conforme as diretrizes do instrumento de avaliação de cursos de graduação do INEP-MEC.

A Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) é o órgão responsável por formular, propor, avaliar e conduzir as políticas afirmativas e as relativas aos assuntos comunitários da UFABC. Na ProAP encontram-se programas específicos de apoio aos discentes portadores de deficiências, como o auxílio acessibilidade em que os alunos são contemplados com bolsa, conforme a publicação de editais do programa.

Na acessibilidade atitudinal, as Coordenações dos Cursos de Engenharia procuram em suas plenárias, orientar os docentes (disseminador de informação junto ao corpo discente) quanto à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Ainda, quanto à acessibilidade pedagógica, os docentes são incentivados à utilização de estratégias pedagógicas para abordar determinados conteúdos que não imponham barreiras ao ensino-aprendizagem de portadores de deficiência.

18 DOCENTES

Os docentes relacionados no Quadro 7 participam da plenária do Bacharelado em Planejamento Territorial. Todos são doutores e dedicação exclusiva como regime de trabalho.

Quadro 9: Docentes Credenciados ao Curso de BPT

	Nome	Área de Formação - Doutor (a) em:	Titulação	Regime de Trabalho
1	Angelo Marcos de Queiroz Prates	Economia	Doutor	DE
2	Arilson da Silva Favareto*	Ciências Sociais – Ciência Ambiental	Doutor	DE
3	Carolina Moutinho Duque do Pinho*	Sensoriamento remoto - Geografia	Doutora	DE
4	Diana Sarita Hamburger	Geografia	Doutora	DE
5	Flávia da Fonseca Feitosa*	Arquitetura e Urbanismo	Doutora	DE
6	Francisco de Assis Comaru*	Engenharia Civil – Saúde Pública	Doutor	DE
7	Gerardo Alberto Silva*	Geografia – Planejamento Urbano	Doutor	DE
8	Gilson Lameira de Silva	Arquitetura e Urbanismo	Doutor	DE
9	Guadalupe Almeida	Direito	Doutora	DE
10	Humberto Paiva Júnior	Engenharia Civil	Doutor	DE
11	Jeroen Johannes Klink*	Economia	Doutor	DE
12	Katia Canil	Geografia	Doutora	DE
13	Klaus Frey*	Ciências Sociais	Doutor	DE
14	Leonardo Freire de Mello*	Engenharia Agronomia - Demografia	Doutor	DE
15	Luciana Nicolau Ferrara	Arquitetura e Urbanismo	Doutora	DE
16	Luciana Rodrigues Fagnini Costa Travassos*	Arquitetura e Urbanismo	Doutora	DE
17	Luiz Roberto de Paula	Antropologia	Doutor	DE
18	Marcos Barcellos de Souza	Economia	Doutor	
19	Marcos Vinicius Pó	Engenharia	Doutor	DE

		Elétrica - Política Pública		
20	Maria de Lourdes Pereira Fonseca*	Arquitetura e Urbanismo	Doutora	DE
21	Mariana Mencio	Direito	Doutora	DE
22	Ricardo de Souza Moretti*	Engenharia Civil	Doutor	DE
23	Rosana Denaldi*	Arquitetura e Urbanismo	Doutora	DE
24	Sandra Irene Momm Schult*	Arquitetura e Urbanismo - Ciência Ambiental	Doutora	DE
25	Silvia Helena F Passarelli*	Arquitetura e Urbanismo	Doutora	DE
26	Silvana Maria Zioni*	Arquitetura e Urbanismo	Doutora	DE
27	Vanessa Lucena Empinotti*	Engenharia Agronomia	Doutora	DE

Observações: Dedicção Exclusiva=DE; s docentes indicados com * estão associados ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território - PÓS-PGT.

18.1 Núcleo Docente Estruturante

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), por meio da Resolução nº 1 de 17/6/2010, normatizou o núcleo docente estruturante dos cursos de graduação do Brasil. Nos termos do artigo 1º, o núcleo é composto por grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Nos termos do parágrafo único do artigo 1º, os professores integrantes do núcleo deverão exercer liderança acadêmica percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino e do curso.

Por sua vez, a Universidade Federal do ABC instituiu o Núcleo Docente Estruturante no âmbito de todos os cursos de Graduação, através da Resolução Consepe nº 179 de 21 de julho de 2014. De acordo como o artigo 4º, o núcleo é composto por um mínimo de 5 (cinco) docentes, indicados pelo curso. No mínimo, nos termos do artigo 5º, o mandato dos professores será de 3 (três anos) e contará com um Presidente escolhido por seus pares, com prazo de duração do mandato determinado pela Coordenação.

Com base na Resolução Consepe nº 179/2014, a Portaria CECS nº 62 de 9 de setembro de 2014 alterou a composição do núcleo do bacharelado em planejamento territorial e designou a nova composição de docentes.

A nova gestão conta com a Presidente designada pela Portaria CECS nº 76 de 18/11/2014 e pela eleição realizada no dia 27/3/2015. Em razão da diferença entre os períodos de nomeação de cada membro da Presidência, a coordenação deliberou no dia 27/3/2015,

conforme ata da reunião, que o início do mandato de ambas será computado a partir de 18/11/2014. Assim, o mandato da atual Presidência será encerrado no dia 18/11/2017.

A importância do núcleo docente estruturante está pautada em suas atribuições específicas, que posteriormente contarão com a aprovação da Coordenação do curso. De acordo como o artigo 3º as competências são exercidas de forma consultiva e propositiva no sentido de contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso (I); promoção da integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino indicadas no currículo (II); estimular o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão e sua articulação com a pós-graduação, oriundas das necessidades do curso de graduação, das exigências do mundo do trabalho, sintonizadas com as políticas públicas próprias à área de conhecimento (III) e zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso e demais marcos regulatórios (IV).

Quadro 10 – Núcleo Docentes Estruturante do curso de Bacharelado Planejamento Territorial.

Nome
Arilson da Silva Favareto
Jeroen Johannes Klink
Leonardo Freire de Mello
Klaus Frey
Maria De Lourdes Pereira Fonseca
Mariana Mencio (Vice-Presidente)
Rosana Denaldi (Presidente)
Sandra Irene Momm Schult
Silvana Maria Zioni

19 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

No projeto pedagógico da UFABC, existem mecanismos de autoavaliação implementados e em andamento, que se encontram em constante aprimoramento, a partir das experiências compartilhadas entre os demais cursos de Graduação e em consonância com os trabalhos da Comissão Própria de Avaliação (CPA)¹⁶ da UFABC.

Os mecanismos de avaliação e autoavaliação permanentes da efetividade do processo de ensino-aprendizagem são aplicados à Universidade Federal do ABC ou por esta IFES implementados, visando compatibilizar a oferta de vagas, os objetivos do Curso, o perfil do egresso e a demanda do mercado de trabalho para os diferentes cursos.

O processo de avaliação de disciplinas na Universidade é realizado ao final de cada quadrimestre, por meio da aplicação de pesquisas de opinião realizadas online com

¹⁶ Disponível em:

http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3772. Acesso em: 19 out. 2016

discentes e docentes. Por sua vez, uma vez por ano igualmente é realizada a avaliação dos cursos de forma geral, sendo que o acesso ao sistema de todas as avaliações é realizado de maneira controlada e com utilização de senha.

Após a aplicação da avaliação pela Universidade, os dados são tabulados para gerar três tipos de relatórios. O primeiro contém os resultados obtidos por cada turma; o segundo explicita os resultados obtidos por todas as turmas em que foram ofertadas a mesma disciplina e o terceiro demonstra todos os resultados conjuntamente, como um perfil do ensino de Graduação da Instituição. Os dois primeiros relatórios são fornecidos apenas aos coordenadores de cada curso de Graduação, assim como ao órgão superior responsável pelo curso (no caso dos Bacharelados Interdisciplinares, a PROGRAD). O terceiro tipo de relatório é de domínio público e está disponível na página da CPA. Com o envio dos relatórios de turmas e disciplinas aos coordenadores, é fomentada a discussão com a plenária da coordenação e/ou plenária do curso sobre os encaminhamentos necessários para a melhoria contínua do ensino de Graduação na UFABC.

Especificamente o curso de Planejamento Territorial, utiliza os relatórios obtidos pelo sistema de avaliação da Universidade para promover discussões internas junto à plenária da coordenação do curso, mediante o auxílio do Núcleo Docente Estruturante.

Ao lado do sistema institucional de avaliações da Universidade, a coordenação e o núcleo docente estruturante acrescentaram outro sistema específico de avaliação interna do curso, que abrange um sistema de postagem de planos de ensino e atividades realizadas nas disciplinas e a aplicação de pesquisa junto aos estudantes do BPT. O sistema de postagem de planos de ensino e de atividades realizadas nas disciplinas, (disponível no Tidia da Ufabc (disponível em <http://tidia-ae.ufabc.edu.br/portal/site/56e14b10-f909-4cb1-9939-1c5f56f6da17/page/5df38848-7deb-428b-b681-66f4ec4ffd19>) apresenta três funções básicas: a) sistematização de informações para o planejamento das integrações horizontais e verticais entre as disciplinas, b) avaliação de superposições de bibliografias e temas, ou o contrário, áreas e atividades que não estão trabalhadas nas disciplinas do curso e c) registro da memória das atividades realizadas no curso.

De outro lado, a aplicação da pesquisa junto aos docentes, no final de cada quadrimestre, consiste na entrega de questionários aos alunos por parte dos professores com o intuito de avaliar os seguintes itens da disciplina ministrada: a) conteúdo, b) nível de dificuldade, c) sobreposição entre conteúdos de disciplinas anteriormente cursadas; d) adequação dos trabalhos e atividades de estudo extra classe ao tempo da carga horária apontada na ementa da disciplina, e) recursos didáticos utilizados pelo professor; f) aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, relacionando com as oportunidades do mercado de trabalho e g) bibliografia.

Os docentes deverão encaminhar os questionários para o Núcleo Docente Estruturante (NDE) que, por sua vez, promoverá discussões entre os docentes integrantes. Posteriormente, um parecer do NDE será encaminhado à Coordenação para que sejam tomadas as medidas adequadas ao aperfeiçoamento do curso.

É importante ressaltar, que esta avaliação interna não se confunde com a avaliação quadrimestral realizada pela Universidade. Este último sistema de avaliação apresenta objetivos específicos aplicados exclusivamente ao curso de planejamento territorial.

20. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Quadro 11: Convalidação entre o PPP-BPT 2013 e o PPP-BPT 2017:

MATRIZ 2013			MATRIZ 2017	
Código	Sigla	Disciplina	Sigla	Disciplina
BH1343	ESHT001-13	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território	ESHT001-17	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território
BH1408	ESHT002-13	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	ESHT002-17	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial
BH1344	ESHT003-13	Demografia	ESHT003-17	Demografia
BH1345	ESHT004-13	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil	ESHT004-17	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil
BH1346	ESHT005-13	Economia do Território	ESHT005-17	Economia do Território
BH1157	ESHT006-13	Economia Urbana	ESHT006-17	Economia Urbana
BH1347	ESHT007-13	Estudos do Meio Físico	ESHT007-17	Estudos do Meio Físico
BH1159	ESHT008-13	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território	ESHT008-17	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território
BH1348	ESHT009-13	História da Cidade e do Urbanismo	ESHT009-17	História da Cidade e do Urbanismo
BH1349	ESHT010-13	Métodos de Planejamento	ESHT010-17	Métodos de Planejamento
	ESHT010-15			
BH1350	ESHT011-13	Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento	ESHT011-17	Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento
BH1351	ESHT012-13	Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local	ESHT012-17	Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local
BH1354	ESHT013-13	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional	ESHT013-17	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional
BH1352	ESHT014-13	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais	ESHT014-17	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais
BH1355	ESHT015-13	Oficina de Planejamento Urbano	ESHT015-17	Oficina de Planejamento Urbano
BH1353	ESHT016-13	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana	ESHT016-17	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana
BH1356	ESHT017-13	Planejamento e Política Ambiental	ESHT017-17	Planejamento e Política Ambiental
BH1357	ESHT018-13	Planejamento e Política Regional	ESHT018-17	Planejamento e Política Regional
BH1358	ESHT019-13	Planejamento e Política Rural	ESHT019-17	Planejamento e Política Rural
BH1359	ESHT020-13	Política Metropolitana	ESHT020-17	Política Metropolitana
BH1360	ESHT021-13	Política Urbana	ESHT021-17	Política Urbana
BH1361	ESHT022-13	Regulação Urbanística e Ambiental	ESHT022-17	Regulação Urbanística e Ambiental

BH1362	ESHT023-13	Sociologia dos Territórios	ESHT023-17	Sociologia dos Territórios
BH1363	ESHT024-13	Uso do Solo Urbano	ESHT024-17	Uso do Solo Urbano
BH1426	ESHT900-13	Trabalho de Conclusão de Curso I	ESHT900-17	Trabalho de Conclusão de Curso I
BH1427	ESHT901-13	Trabalho de Conclusão de Curso II	ESHT901-17	Trabalho de Conclusão de Curso II
CS4101	ESZT001-13	Análise da Produção do Espaço e Políticas Públicas Urbanas	ESZT001-17	Análise da Produção do Espaço e Políticas Públicas Urbanas
CS3401	ESZT002-13	Desenvolvimento Humano e Pobreza Urbana	ESZT002-17	Desenvolvimento Humano e Pobreza Urbana
CS3408	ESZT003-13	Energia e Abastecimento	ESZT003-17	Energia e Abastecimento
CS3409	ESZT004-13	Habitação e Assentamentos Precários	ESZT004-17	Habitação e Assentamentos Precários
CS3406	ESZT005-13	Informática Aplicada ao Planejamento Territorial	ESZT005-17	Informática Aplicada ao Planejamento Territorial
CS3402	ESZT006-13	Mercado Imobiliário	ESZT006-17	Mercado Imobiliário
CS3405	ESZT007-13	Oficina de Projeto Urbano	ESZT007-17	Oficina de Projeto Urbano
CS3410	ESZT008-13	Patrimônio Cultural e Paisagem	ESZT008-17	Patrimônio Cultural e Paisagem
CS3404	ESZT009-13	Planejamento e Gestão de Redes Técnicas e Sistemas Territoriais	ESZT009-17	Planejamento e Gestão de Redes Técnicas e Sistemas Territoriais
CS3112	ESZT010-13	Políticas de Infraestrutura	ESZT010-17	Políticas de Infraestrutura
CS3411	ESZT011-13	Política Habitacional	ESZT011-17	Política Habitacional
CS3412	ESZT012-13	Saneamento Ambiental	ESZT012-17	Saneamento Ambiental
CS3413	ESZT013-13	Segurança dos Territórios	ESZT013-17	Segurança dos Territórios
CS3407	ESZT014-13	Sustentabilidade e Indicadores	ESZT014-17	Sustentabilidade e Indicadores
CS3414	ESZT015-13	Território e Logística	ESZT015-17	Território e Logística
CS3403	ESZT016-13	Urbanização Brasileira	ESZT016-17	Urbanização Brasileira
BH1330	ESZC012-13	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais	ESZT022-17	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais

Referências

GEPPERT, A. & COTTELA, G. *Quality Issues in a changing European Higher Education Area*. Reims: Alliance; AESOP, 2010. Disponível em: <http://www.aesop-planning.eu/uploads/news/planning_education_2.pdf>

AESOP. *What is planning*. Disponível em <<http://www.aesop-planning.com/>> Acesso em 8 de novembro de 2010.

IPEA; IBGE; UNICAMP. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana*. Brasília: IPEA, 2001.

ⁱ A Figura abaixo da AESOP (2010) apresenta uma síntese das capacidades e habilidades a serem desenvolvidas em cursos de planejamento:

K - Knowledge and understanding with regard to:

- *Spatial planning and policy-making in different institutional contexts;*
- *Theoretical foundations of planning concepts, methods and styles in a comparative international perspective;*

- *The processes that determine urban and regional development as well as their interconnectedness with the three dimensions of sustainability (economical, societal, environmental) ;*

- *Robust knowledge reflecting the current state of the art within the specializations chosen in the programs offer : Territorial policies of the European Union – Planning cities and regions for competitiveness – Planning the transition towards the knowledge society – Regeneration of wide distressed urban areas – Project management – Innovative tools for planning)*

T- Technical skills: ability to apply the knowledge to the professional practise:

- *Carry out advanced studies on current problems, opportunities and future needs in the field of planning at the local, national and international level and for this purpose:*

- *Use quantitative and qualitative tools for spatial analysis*
- *Analyze the game of the stakeholders*
- *Relate a planning question to its social, economical, environmental, political context*

- *Propose a comprehensive strategy to cope with a planning issue and for this purpose:*

- *Develop inter-sectorial and mutli-scalar approaches*
- *Evaluate the institutional and financial implications of a planning project and/or policy*
- *Carry out an environmental assessment of of planning project/policy*

O- Overall ability to judge:

- *Assess the merits of various theoretical and policy-based analyses of planning*

- *Detect the implicit assumptions in theoretical and societal views on planning problems*

- *Contextualize planning objectives and policies in different timely, cultural and institutional backgrounds*

- *Develop their own opinion on the nature and manner of dealing with new planning problems*

C- Communicative skills:

- *Make effective and oral an written presentations of complex tasks in urban planning and regional development*

- *Use of the modern communication techniques and tools*

- *Lead and work in international, multi-disciplinary contexts*

- *Negotiate with institutional and non-institutional stakeholders*

L- Learning abilities:

- *Independently track developments within the discipline*

- *Define his needs and make good use of life-long professional learning opportunities*

- *Adapt to the evolutions of a career and when relevant develop/transform his profile*

- *Study at post-mater level, including PhD".*

